

(Texto com revisão.)

 **PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Boa tarde.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o Ofício nº 3696/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, informando seu afastamento do Município de 15 a 19 de novembro de 2023, a fim de participar do evento Diálogo Regional de Política, a ser realizado em Cartagena, na Colômbia.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Engº Comassetto solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 13 a 17 de novembro de 2023. A Mesa declara empossado o Ver. Everton Gimenes, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. (Palmas.)  
Passamos à

#### **TRIBUNA POPULAR**

**SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):** A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Espaço Esperança, que tratará de assunto relativo ao Centro de Desenvolvimento do Ser. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Ivonete dos Santos Barbosa, presidente, e a Sra. Luciane Garcia, vice-presidente.

A Sra. Ivonete dos Santos Barbosa, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**SRA. IVONETE DOS SANTOS BARBOSA:** Boa tarde a todos. Sou Ivonete Barbosa e estou presidente da Associação Espaço Esperança na Restinga. Eu agradeço a oportunidade ao Presidente da Câmara e aos demais parlamentares. Já circulei por esta Casa durante o início do ano, divulgando esse projeto e hoje ele se concretiza aqui. O Centro de Desenvolvimento do Ser é um local de acolhimento à comunidade da Restinga e Extremo-Sul e trabalha dentro das

políticas públicas, basicamente trabalhando com as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS. Sou profissional da saúde, e esse trabalho já acontece dentro dos hospitais no Rio Grande do Sul: Clínicas, PUCRS, Divina e tantos outros. O que queremos? Queremos ser um braço dentro da comunidade no foco da saúde integral do ser. Lá já acontecem, há um ano e meio, todos esses atendimentos, acontecem o reiki, florais, psicologia – inclusive, o projeto Psicologia para Todos é o mais procurado, devido à falta de psicólogos no posto de saúde. O que precisamos é de apoio, de parceria para que esse projeto continue. Fizemos uma estatística, todas as pessoas que passam pela nossa Associação preenchem um livro de comparecimento, foram 773 pessoas atendidas até setembro. Isso mostra que o nosso trabalho é importante, mostra que o Centro de Desenvolvimento precisava se concretizar. Já temos todo projeto arquitetônico pronto, está aqui para os senhores verem a maquete do prédio futuro, e ele vai compor três andares. O trabalho do Centro de Desenvolvimento do Ser atende idosos quatro vezes na semana, além da psicologia, da nutrição, do direito e do serviço social. Nós estamos buscando parceiros para continuar tocando esse projeto. Dentro do Centro de Desenvolvimento do Ser, a sigla dele é mente e coração na palma de nossas mãos, de forma que todos nós possamos fazer um pouco. Por isso, estamos trazendo para vocês este projeto, para compartilhar, embora muitos aqui já nos conheçam e já nos apoiem, de certa forma. O Ver. José Freitas marcou para nós a tribuna, nós somos muito gratos a essa parceria. Tantos outros já nos auxiliaram quando estiveram fazendo a visita no local, e convidamos os demais que ainda não foram a visitar a Associação e conhecer o nosso projeto. Dentro do Centro de Desenvolvimento do Ser, ele precisa se desvincular da associação, pois a Associação trabalha também com o desenvolvimento ligado à espiritualidade; e o Conselho de Psicologia pede um local exclusivo para o trabalho do Centro de Desenvolvimento, onde a psicologia faz parte. Por isso, surgiu a necessidade de comprar a casa ao lado para criar o Centro de Desenvolvimento do Ser. Lá tem autoconhecimento, tem palestras de diversos temas. Na última quinta-feira, a palestra era sobre o autismo, temos muitas

crianças na Restinga e famílias ainda desorganizadas emocionalmente por não saberem lidar com as demandas que chegam diante das crianças. O público-alvo atendido são crianças, adolescentes, adultos e idosos. Todos precisamos de um local para escuta, para acolhimento, e esse é o trabalho do Centro de Desenvolvimento do Ser, ele trabalha tanto o autoconhecimento, trabalha a questão da sustentabilidade. Estamos fazendo do lixo ao luxo dentro do Centro de Desenvolvimento do Ser, aproveitando os horários e os espaços para aprender algo novo. Assim, convidamos todos vocês a conhecer, buscar nas redes sociais, buscar entrar em contato com a associação, agendar uma visita para ver de perto toda a funcionabilidade do nosso trabalho. Atendemos a comunidade gratuitamente de 15 em 15 dias, os demais dias são ocupados pela psicologia, pela nutrição e por terapeutas integrativos que lá se deslocam para poderem dar suporte e atender a comunidade. Todo trabalho, praticamente, é voluntariado e por que precisamos de apoio nele? Porque o psicólogo acaba fazendo voluntariado por um período de tempo, depois precisa ir para a vida. Então a gente está buscando apoiadores e parceiros para que possamos ter todos os dias à disposição da comunidade o Centro de Desenvolvimento do Ser funcionando, aberto. Hoje, caso alguém queira fazer uma visita, estaremos abertos até as 22h, pois a psicologia do turno da noite funciona até as 22h. Na Restinga, como é longe do Centro de Porto Alegre, o Centro viabiliza e oportuniza para a comunidade um local de atendimento sem que tenha que se deslocar para o Centro de Porto Alegre. A maior procura nossa é noturna, devido às famílias trabalharem e estarem longe do Centro da cidade. Então, convido todos os parlamentares, amigos e apoiadores que quiserem ajudar a movimentar, a dar funcionabilidade em mais dias e mais horários para o nosso Centro de Desenvolvimento do Ser. Os idosos que são atendidos lá eram idosos que estavam com depressão, esquecidos em casa, sendo que parte da sua renda era o que mantinha as famílias, mas elas não tinham atendimento, não tinham carinho, não tinham escuta, não tinham o chamado amor fraterno, porque o dia a dia faz com que as pessoas tenham que trabalhar e estudar e não tenham tempo. Lá, elas têm esse momento único e exclusivo de acolhida. Temos uma

cozinha onde elas exploram os seus conhecimentos e suas artes com receitas, com guloseimas para ocuparem o tempo, e isso para elas é terapêutico. A terapia, todos nós usamos dessa técnica para nos manter equilibrados, saudáveis. Então, o Centro de Desenvolvimento do Ser, ele é um braço do Hospital Restinga e dos postos de saúde e atende também todo o Extremo-Sul. Nossos atendidos são: Restinga, Hípica, Lageado, Belém Novo, Belém Velho, Rincão. Queremos a participação de vocês nesse projeto.

Aqui, eu trouxe os dados, no total até o dia 15 de setembro, foram 774 pessoas que circularam na nossa associação, sendo atendidas na terapia floral, na auriculoterapia, no reiki, participando das nossas palestras, indo para os GTs de trabalho, que é a arteterapia que faz parte do nosso trabalho. Tivemos um grupo de adolescentes nesse sábado, onde eles trabalharam parte de suas emoções, todas elas conduzidas por psicólogos. Temos uma universidade que é nossa parceira, a Anhanguera é uma parceira da instituição, mandando os acadêmicos do último semestre para estagiarem conosco. Então, queremos que os parlamentares e os demais possam fazer parte dessa parceria na construção de um mundo e de um tempo melhor. Ainda assim, temos outros apoiadores que nos auxiliam, que nos ajudam, temos o professor Vitorino, que é um parceiro nosso desde sempre, desde o tempo da escola, nós fomos colegas no Estado. Estamos realizando um evento neste fim de semana, aliás, no feriado do dia 14, é um almoço de aniversário da associação, e convidamos vocês a participarem. Os convites estão disponíveis, e temos ainda 50 convites que serão doados para os indígenas de Lajeado. Todos podem ser nossos parceiros. Obrigada pela oportunidade.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Obrigado, Sra. Ivonete dos Santos Barbosa. O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Sr. Presidente Sossmeier, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, hoje temos a feliz presença do Gimenis,

que substitui o Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto; o Jonas, o Oliboni e eu queremos saudar as visitantes, a entidade e dizer que a temática que vem lá desde a primeira infância até o último suspiro, porque todos nós temos o caminho da terminalidade, ou seja, da pessoa idosa, sempre tem a nossa atenção e o nosso compromisso, até porque toda pessoa que existe tem que ser respeitada enquanto tal. Queremos, portanto, dar sustentação ao seu trabalho, numa ampla divulgação que nós podemos fazer aqui na Casa do Povo, e dizer que sempre que formos convidados para ações comunitárias e ações, principalmente, hoje da cidade de Porto Alegre, que é a capital brasileira com maior número de pessoas idosas, terá em nós uma forte batalha pela sua dignidade. Por isso, nós estamos aqui; e dizer ao Freitas também que foi muito justo ter buscado abrir aqui, nesta Câmara, esse canal. Obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Presidente Hamilton, público que nos assiste, é um prazer recebê-las aqui, na Casa do Povo, a Associação Espaço Esperança. Na verdade, vocês alcançam onde muitas vezes o poder público não alcança – são idosos, são crianças, são famílias –, fazendo esse trabalho de apoio espetacular. Então, contem com esta Casa; contem com o nosso gabinete, estamos à disposição. Eu fico contente pelo trabalho de vocês, porque nós aprovamos aqui, nesta Casa, inclusive vou passar em suas mãos, um projeto de lei, os colegas vereadores aqui ajudaram a aprovar neste ano, que institui o Programa Municipal de Práticas Interativas Complementares e de Educação Popular à Saúde. E eu fico contente, por outro lado, que o Município esteja colocando em prática. Aqui eu tenho a relação de todos os postos de saúde que já têm a prática. Então, vocês, lá no Extremo-Sul, atendendo a Restinga e o Extremo-Sul, estão de parabéns. Eu só peço a Deus que continue abençoando vocês e o trabalho de vocês, e que esse projeto de ampliação vem a ser concluído num curto espaço de tempo. Deus abençoe.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Hamilton, representantes da Associação Espaço Esperança, Ivonete dos Santos Barbosa, que é a presidente, eu também, em nome do PSOL, Presidente Hamilton – portanto em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, do Ver. Alex Fraga e da Ver.<sup>a</sup> Karen Santos –, quero parabenizar a iniciativa de vocês, o esforço que vocês fazem para garantir o funcionamento dessa instituição. Não é um assunto simples, é um assunto muito necessário. Todo trabalho que envolve a psique humana tem sido muito mais sobrecarregado nos tempos atuais, tempos de guerras, tempos de sofrimento, tempos de desemprego, então os problemas aumentam muito, além dos problemas comuns, problemas que envolvem a psique humana, desde sempre. Nós, como vocês sabem bem, apoiamos todo tipo de trabalho terapêutico, e há muitas terapias, há muitas formas de terapias. Todo esforço que seja um esforço de escuta verdadeiro é um esforço bem-vindo; ou seja, fazer um esforço para que as pessoas possam ser escutadas, possam falar dos seus problemas, de todos os problemas. Nós sabemos que na política, hoje em dia, por exemplo, tem uma parte dos políticos que não aceita que se fale de problemas ligados ao sexo, acham que o sexo não pode ser falado, ou seja que trata de limitar os problemas que envolvem a humanidade toda e criam, portanto, um tipo de trabalho que é um trabalho que distorce, ao invés de ser um trabalho que liberta, é um trabalho que reprime, ao invés de ser um trabalho que esclareça. E é evidente que um trabalho que esclareça pressupõe que as pessoas possam falar livremente e sejam escutadas. E você sabe muito bem, porque tem essa experiência de trabalho, que a fala é um mecanismo de cura. Portanto, um trabalho que realmente respeite a psique humana tem que ter esse componente, e eu quero conhecer mais de perto. Como parlamentar, eu tenho um escritório na Restinga, inclusive, é o trabalho do Benhur, que trabalha há muitos anos no meu partido, no PSOL, assessora a deputada estadual Luciana

Genro, o Rogério Benites, que estão ambos aqui acompanhando a sessão e acompanhando esta tribuna. Então, Presidente Hamilton, nós – do PSOL – também estamos à disposição para apoiar, para conhecer, tendo clara esta necessidade: a necessidade da escuta, a necessidade do espaço e do respeito à diversidade. Nós necessitamos respeitar a diversidade e nós sabemos que, respeitando a diversidade, as pessoas podem ter uma vida mais feliz e mais plena. Muito obrigado pelo trabalho.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Quero registrar a presença do Ver. Cauê Souto, da cidade de Pelotas. Seja muito bem-vindo a esta Casa, nós o recebemos com muita alegria.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente Hamilton, eu quero trazer um abraço também à Ivonete e à Luciana, presidente e vice da nossa Associação e do nosso Centro. Quero trazer um abraço a quem está presente conosco e também aproveitar para cumprimentar o nosso colega José Freitas, que foi quem solicitou esta Tribuna Popular nesta tarde.

Quero aproveitar para dizer o seguinte: nós temos, primeiro, que cumprimentar as entidades, e, no caso aqui, a Associação Espaço Esperança e o Centro. Compreendemos a importância dessas entidades no contexto das cidades, especialmente das grandes cidades, e do trabalho que lá se desenvolve. Não poderia deixar de cumprimentar vocês duas e a direção que está com vocês, assim como quem está aqui participando nesta tarde.

Nós conhecemos bem a grande tarefa que envolve os comandantes e as comandantes dessas entidades para buscar o bem comum, que normalmente o poder público tem carências. Portanto, vocês têm e merecem o nosso apoio. Estamos aqui nos colocando à disposição. Um abraço para vocês, parabéns e sucesso.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Presidente. Ivonete, Lu, eu não poderia deixar de vir aqui falar sobre o Espaço Esperança, que o nome já diz tudo: é a esperança de fazer a diferença na vida de milhares de pessoas. Eu conheço o trabalho, sei o quanto vocês lutam há muito tempo para adquirir a sede do espaço, fazendo chás, rifas, sempre na batalha para conseguir. Agora, com certeza, já conseguiram; falta bem pouquinho para resolver isso. Já está alinhado para ter uma sede, e isso é muito importante. Quando a gente fala de projeto social, a gente precisa ter um espaço adequado para atender as pessoas. Então, quero só dizer para vocês que vocês são guerreiras, que vocês são inspiradoras, que vocês são pessoas que realmente fazem, fizeram e farão a diferença na vida de milhares de pessoas. Parabéns.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Boa tarde, quero saudar o Presidente desta Casa e saudar as queridas amigas também colegas, a Ivonete e a Luciane Garcia. Quero dizer que eu conheço esse espaço, o Espaço Esperança. Eu estive recentemente participando de uma confraternização, vocês já estiveram comigo aqui na Câmara de Vereadores também. O que eu destaco principalmente do trabalho de vocês é essa importância do psicólogo, como foi apresentado aqui, e que esse espaço possa ter mesmo psicólogos. Isso é uma coisa que me preocupa muito, nós já estamos resolvendo aqui neste governo, no governo Melo, a questão dos psicólogos nas escolas, mas também precisamos de psicólogos no tratamento, nas clínicas, nos CAPS. E hoje, para termos uma ideia, para conseguirmos um psicólogo na rede do SUS, por exemplo num CAPS, leva mais de 600 dias. Isso é um absurdo, não pode demorar 500, 600 dias para ter um psicólogo na rede pública. E, por outro lado,



um psicólogo privado, em consultório privado, sabemos que a sessão é muito cara. Então, precisamos de outras alternativas, outros mecanismos, e eu encontro em vocês como uma dessas alternativas de fortalecer esse espaço de vocês. Contem comigo, sou psicóloga de formação, vocês me conhecem; e, no que eu puder ajudar a causa, contem comigo. Um abraço.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Agradecemos a presença da Sra. Ivonete dos Santos Barbosa, presidente; e da Sra. Luciane Garcia, vice-presidente, representantes da Associação Espaço Esperança. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** (14h52min) Estão reabertos os trabalhos.

**SR. JOSE LUÍS ESPINDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):** Convidamos para compor a Mesa: os ex-presidentes deste Legislativo, Sr. Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Coordenação Política, e Sr. Nelcir Tessaro; vereadores da Mesa Diretora: Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Alvoní Medina. O motivo desta Mesa especial é para homenagear uma pessoa especial para o nosso Legislativo. Eu peço autorização do Presidente, eu também fico muito à vontade nesta homenagem porque é um servidor que é da minha época, dos remanescentes de 40 anos de serviço deste Legislativo.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Este ano, estamos celebrando os 250 anos. Foram inúmeras homenagens a pessoas ilustres que fizeram e fazem a história da Câmara. E, nos últimos meses, nós destacamos o papel dos vereadores, ex-vereadores, ex-presidentes, servidores das entidades; e, nesse mesmo sentido, há, nesta Casa, uma figura muito especial, que perpassou inúmeras legislaturas e que, diariamente, atua para que tudo ocorra da melhor

forma em nosso Parlamento. Por isso, queremos hoje homenagear – e eu quero falar que talvez a família dele não esteja aqui, porque é uma surpresa que a Mesa Diretora e os ex-presidentes que estão aqui estarão fazendo a ele – o nosso diretor legislativo Luiz Afonso Peres, que, há mais de 44 anos, atua na nossa Câmara Municipal. Em nome dos 36 vereadores, queremos homenagear o nosso “37”, e de todos os outros que passaram por esta Casa, que é a homenagem. Então, os ex-presidentes estarão entregando a ele esse troféu e esse diploma. Nós, como Mesa Diretora, após todos os vereadores, vamos fazer essa homenagem especial. Então, os ex-presidentes se revezarão para fazer a entrega.

(Procede-se à entrega de troféu e diploma.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Sr. Luiz Afonso de Melo Peres, diretor legislativo da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ex-presidentes desta Casa, vou dizer que estou surpreso com esta honraria, mas devo dizer que eu fico muito grato à Câmara, porque eu entrei aqui há muitos anos, com 19 anos, trabalhando em gabinete de vereador; depois, passei para a carreira administrativa como auxiliar de portaria. Eu só gostaria de dizer que eu sou muito grato à Câmara. A Câmara me deu tudo o que eu tenho, e tudo o que eu sou hoje eu agradeço à Câmara. Então o meu muito obrigado às senhoras e aos senhores vereadores, não apenas desta legislatura, mas de todas que passaram aqui ao longo desses 44 anos. Muito obrigado.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Parabéns, querido Luiz Afonso, pela tua história de dedicação ao serviço público. Parabéns ao Presidente, à Mesa Diretora por essa proposição. E nós queremos, em teu nome, Luiz Afonso, agradecer às servidoras

e aos servidores públicos. Essa é uma história de dedicação; tu és um exemplo de luta e crença no Poder Legislativo, na questão de a cidadania ser representada, ser ouvida. Em tantas audiências públicas tu estiveste junto, reivindicações da população, assim como desse processo de ouvir da Câmara de Vereadores, transformar suas proposições, também; diversos governos que passaram pelo Executivo. A gente sabe, nós temos a Constituição da República brasileira, mas muita coisa dela até hoje não foi transformada em direito. E fundamentalmente vocês, servidoras e servidores públicos, são os implementadores das políticas. Nós, vereadores, legisladores, somos pensadores, produtores, fazemos proposições, mas quem implementa, por exemplo, aqui na Casa, as ações, sejam da Mesa Diretora, sejam do plenário, são tantas e tantos servidores em vários espaços. E eu, sinceramente, fico muito feliz. Em todos os momentos em que procuramos V. Exa. para perguntar, para questionar, para ter mais informações, sempre fomos muito bem recebidos. Então um grande abraço, que venham mais anos de dedicação a esta Casa. Parabéns pelo trabalho.

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Sr. Presidente, egrégia Mesa, ex-presidentes desta Casa, em especial o nosso “37”, o Luiz Afonso; eu sou calouro desta Casa, estamos em pontas opostas, tu és um dos grandes decanos, e eu um dos iniciantes; mas, em nome do partido NOVO, quero lhe trazer o nosso cumprimento, o nosso abraço. Dizer que essa frase que está aí abaixo de ti, tu não vais enxergar ela, e que está aqui no símbolo da cidade de Porto Alegre, Leal e Valerosa Cidade, tenho certeza que se aplica à V. Sa. também; já passaram todos os tipos de partidos, de ideologias, de conduções, mas, V. Sa., por ser um cargo técnico, estive ao lado de todos os presidentes, de todas as Mesas, e também fazendo o seu trabalho. Então estendo, em nome do partido NOVO, o nosso abraço, o nosso respeito à V. Sa., que Deus siga lhe abençoando, dando muita saúde, e que os seus dias nesta Casa ainda sejam muitos. Talvez não mais 250 anos – não é, Luiz Afonso? –, queremos estar na glória do Pai até lá, mas com muitos e muitos dias. Parabéns pelo seu trabalho

e, na sua pessoa, nós homenageamos também toda a Diretoria Legislativa. Obrigado.

**Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO):** Presidente Hamilton, boa tarde a todos os ex-presidentes da Mesa; Luiz Afonso, eu estou muito feliz de poder estar vendo o que está acontecendo contigo: a valorização, o respeito. Quero dizer que o talento abre portas, mas a competência é o que faz permanecer. E tu és um homem competente, tem pessoas que têm posição e tem outras que têm autoridade, e tu és um homem de autoridade, porque os vereadores recorrem até ti para se aconselhar, para buscar caminhos de construção – eu sou um desses, muitas vezes busquei conselho aqui e lá em Arroio do Sal, onde nós somos vizinhos, e espero que o churrasco próximo seja na tua casa. Que Deus abençoe, parabéns por este reconhecimento da Câmara, porque tu mereces. Um abraço.

**Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB):** Boa tarde, Presidente, demais vereadores, ex-presidentes. Falo em nome da bancada do PSDB, nossa bancada de três vereadores: Ver. Moisés Maluco do Bem, Ver. Gilson Padeiro e Ver. Conselheiro Marcelo; venho aqui, Luiz Afonso, agradecer por todo esse teu carinho e dedicação que tu tens com cada servidor e com cada assessor dos vereadores aqui nesta Casa. Eu sou prova viva, porque hoje o meu gabinete está andando porque tinha pessoas com a sensibilidade da sua forma de trabalhar, por causa da qual estamos podendo desempenhar um bom trabalho aqui nesta Casa. Então, gratidão é uma das coisas, uma das virtudes que a gente tem que reconhecer, e tenho gratidão a todo esse trabalho de mais de 40 anos que tu tens prestado a esta Casa, principalmente ao meu gabinete. Muito obrigado, meu amigo.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier. Cumprimento a Mesa, cumprimento a presença do ex-prefeito e ex-presidente Tessaro. O Presidente Hamilton, Luiz Afonso, fez um ato extraordinário,

belíssimo, na Feira do Livro agora, reunindo as legislaturas, Alvoni, de 1947 a 1988 do século passado. E, dos atuais vereadores, o único daquele tempo sou eu mesmo; então, eu estava lá. O único mandato sou eu, de 1940, 1947 e 1988, mas deveria estar lá o 37º vereador, que já foi 22º, quando eram 21 vereadores. Aqueles vereadores que estavam reunidos eram vereadores, Oliboni, do tempo da Câmara lá no Centro, inclusive eu; estávamos lá. Bem, o Luiz Afonso trabalhou com alguns deles. O Luiz Afonso foi meu assessor, para honra minha; foi assessor do Glênio Peres, do grande Glênio Peres. O Luiz Afonso é a essência, é a alma desta Casa; no mínimo, no mínimo, na pior das hipóteses, deste plenário, que não existiria sem teu trabalho. Então, uma alegria esta homenagem, poder te homenagear, poder registrar para que fique nos anais, e a Mesa foi muito feliz ao definir esta homenagem ao Luiz Afonso. Muito obrigado, Presidente. Parabéns, Luiz Afonso Peres.

**Vereadora Biga Pereira (PCdoB):** Presidente Hamilton Sossmeier, à Mesa meus cumprimentos. Eu quero inicialmente cumprimentá-lo, Presidente, pelas inúmeras homenagens, porque esses 250 anos têm te feito aqui nos convidar a homenagear, todas homenagens muito bem reconhecidas. E o reconhecimento que hoje trazes, cumprimentando aqui, homenageando o nosso carinhosamente chamado “37”, porque, sim, tem sido a diplomacia em pessoa, um diretor legislativo que se coloca à disposição de todas as bancadas. Nesse sentido, a nossa bancada, bancada que aqui eu represento – represento o meu colega Ver. Giovanni Culau e Coletivo –, nós, todos os vereadores e vereadoras, somos agradecidos e retribuímos o carinho que o senhor, Luiz Afonso, tem dispensado a todos nós, nos dando segurança na sua orientação. Sem dúvida, se o senhor não é o mais, é um dos que mais conhecem todo o trâmite legislativo, os limites, enfim, para que nos dê segurança nos nossos mandatos. Então seria aqui redundante referir-me a esta homenagem tão justa que se faz ao seu trabalho, à sua dedicação, à sua responsabilidade, compromisso e carinho com que tem tratado a todos nós. Parabéns, Presidente Hamilton; parabéns, nosso querido “37”.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente Hamilton, uma saudação a toda Mesa. Diretor legislativo, Luiz Afonso, vou falar aqui em nome da oposição, PT, PSOL, PCdoB, e eu tenho certeza que nesse caso eu realmente posso dizer que falo em nome de todos, porque há uma admiração comum pelo teu trabalho, um trabalho que é um trabalho muito difícil, não é um trabalho fácil. Eu fui apresentado ao Luiz Afonso pelo Pedro Ruas, o Pedro Ruas estava já de vereador e aí fez a apresentação, comecei a conhecer a história do Luiz Afonso. O Pedro Ruas já se referiu a um momento importante da história dele, e eu tenho certeza já conversamos sobre isso e toda essa experiência com o Glênio Peres, com Marcos Klassmann, nesse período que foi um período de transição, ainda nós estávamos na ditadura militar, mas já havia um processo de luta democrática muito forte, e o Luiz Afonso pegou essa experiência. É uma experiência muito ímpar, é uma experiência histórica, é uma experiência que a gente não esquece, é uma experiência que nós necessitamos transmitir. Essa é uma parte histórica muito importante, já comentei com o Luiz Afonso que ele vai ter, de certa forma, como uma tarefa, depois, registrar essa parte da sua experiência. Não sei se vai ser o caso, secretário Cassio, de contar todas... O Luiz Afonso foi testemunha, o Cassio foi presidente com o Luiz Afonso, como diretor legislativo, o Tessaro, acho que o Mauro Pinheiro também, o Cecchim, a Mônica...

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Valter, Melo, Sofia.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Olha a quantidade de presidentes que o Luiz Afonso assessorou diretamente.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Professor Garcia, Mauro Zacher, Thiago Duarte.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Então é uma experiência, essa parte eu acho que ele não vai contar tudo, tipo, publica-se depois da morte, porque ele

conhece a história da Câmara como ninguém, conhece os bastidores da política como ninguém. E ele teve algo que sempre me chamou atenção, que é a capacidade de se equilibrar, porque é preciso se equilibrar. Um diretor legislativo com essa responsabilidade, se ele não souber fazer a leitura do equilíbrio da Câmara, ele não tem condições de ter essa continuidade, essa permanência, mas, ao mesmo tempo – e isso eu quero registrar como testemunho – o trabalho do Luiz Afonso, de uma certa forma, ajudou a garantir, Cassio, que nós tivéssemos – isso também com a experiência do Pujol – um nível de republicanismo, um espaço democrático na Câmara, que eu acho que é maior do que a média das Câmaras de Vereadores nas grandes capitais. Acho que o Luiz Afonso ajudou a ser esse ponto de encontro de uma média, sempre levando em conta também a relação de forças na Câmara, porque a Câmara tem uma relação de forças política, mas, nos limites dessa relação de forças, o Luiz Afonso ajudou, com a sua assessoria, a fazer da Câmara de Vereadores um lugar plural, democrático e que busca respeitar a legalidade. Eu acho que o teu trabalho foi muito valoroso nesse sentido e, portanto, esta homenagem é mais do que justa. Um abraço. Obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Muito obrigado, vereador. Eu só pediria a paciência das senhoras e dos senhores para eu fazer dois pequenos registros finais. Primeiro, gostaria de homenagear a memória do ex-vereador Sadi Schwerdt, que foi quem me buscou lá de Charqueadas para eu vir para a Câmara. (Palmas.) O outro breve registro que eu gostaria de fazer é que o meu sucesso eu devo, em grande parte, a uma maravilhosa equipe que eu tenho na Diretoria Legislativa, são 55 servidores e servidoras que trabalham com afinco para manter as coisas funcionando. Muito obrigado. (Palmas.)

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Obrigada, diretor, a caminho da Câmara, dizer que hoje é dia de fazer um registro especial ao diretor legislativo da Câmara Municipal de Porto Alegre, o servidor Luiz Afonso de Melo Peres, uma justa e merecida homenagem, é diretor, é nossa referência de competência e lealdade,

profundo conhecedor da sua função, é presença constante e sempre disponível. É o braço direito do Legislativo como um todo, pois, pela importância do seu trabalho e pela forma com que o executa, ele consegue o equilíbrio necessário a uma instituição democrática como a nossa Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul. Muito obrigada, diretor. Um abraço.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Muito obrigado, vereadora.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Srs. Presidentes desta Casa, hoje temos alguns na Mesa que na qual o Luiz Afonso já trabalhou. O Cassio foi presidente por duas vezes nesta Casa; Tessaro; Ferronato; Cecchim. De “nego véio pra nego véio”, tu tens ajudado a todos nós aqui. Quando nós chegamos, tu que nos auxilia. Quando a gente escreve alguns projetos absurdos, tu nos dizes: ah, vereador, quem sabe. Então, vem nos ajudando muito. Hoje este plenário funciona da forma que funciona em função da tua sensibilidade, da forma que tu trata todos nós, independentemente de partido, independentemente de ser da Mesa, de ser líder de partido, sempre nos auxiliando e dando os caminhos para nós resolvermos as coisas aqui na política. Então, de “nego véio pra nego véio”, eu quero te agradecer pela tua grande ajuda.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Muito obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Eu quero, em nome do Ver. Pedro Ruas e de toda a nossa Casa Legislativa, agradecer o nosso pessoal do Cerimonial que providenciou, juntamente com os vereadores, o encontro, no sábado, dos ex-vereadores, e muitos compareceram. Vereadores que fizeram parte da história desta Casa, e o Ver. Pedro Ruas é o único vereador, no mandato, que estava presente. Foi um momento muito emocionante o qual participamos. E também quero parabenizar toda a equipe de organização do 1º Encontro Estadual de Câmaras de Vereadores, na semana passada, que nós



tivemos aqui na Casa. Registro a presença do Ver. Pedro Ruas no encontro dos ex-vereadores, um encontro muito emocionante.

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT):** Luiz Afonso, por tudo que já foi dito por todos que me antecederam também quero reforçar aqui e trazer o meu abraço, o meu carinho e o meu respeito e admiração por este servidor, que é um exemplo na Casa que, carinhosamente, por nós, é chamado de 37. Endossar todas as palavras dos que me antecederam e te agradecer, Luiz Afonso, também pelo período que estive na presidência, tu foste fundamental em vários aspectos, em vários momentos, ajudando a cidade, ajudando a coletividade e o interesse coletivo. Então também fica aqui o nosso abraço fraterno, muito obrigado por tudo, e parabéns pela justa homenagem, Presidente.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Muito obrigado, Ver. Márcio.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Obrigado. Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h17min.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** (15h20min) Estão reabertos os trabalhos. Queremos parabenizar a Ver.<sup>a</sup> Karen Santos que hoje completa mais um ano de vida. Que Deus abençoe, com muita paz. (Palmas.)

**Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento):** Coube a mim este momento após cumprimentar a nossa querida Ver.<sup>a</sup> Karen, é lastimável que a gente traga um outro assunto triste aqui. Solicito, Sr. Presidente, um minuto de silêncio pelo falecimento do Zé da Terra, Sr. José Carlos Gonçalves Peixoto da Silva, cantor, ator, de personalidade de grande valor no meio cultural de Porto Alegre. Estudou no Departamento de Arte Dramática da UFRGS; em Porto

Alegre trabalhou no grupo teatral Ói Nós Aqui Traveiz e no grupo Oficina Perna de Pau. Nos últimos 20 anos, viveu na Casa do Artista Riograndense. Zé da Terreira foi e será para sempre inspiração para a cultura popular da cidade de Porto Alegre e fará falta na cena cultural do nosso País. A alma de Porto Alegre perdeu um grande artista, libertário e questionador. Zé da Terreira, presente.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento):** Nobre Presidente, eu queria, em nome da bancada do PT, também prestar este reconhecimento em memória. Eu conhecia muito bem o Zé da Terreira, porque ele era um dos apóstolos da Via Sacra do Morro da Cruz, que acontece todas as sextas-feiras em Porto Alegre, um evento da cidade. E o Camilo de Lélis, diretor da peça, sempre lembrava do Zé da Terreira. Portanto, em homenagem, nos somamos também ao um minuto de silêncio. Muito obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, quero iniciar a minha fala cumprimentando e agradecendo a presença do Pai Zeca, da Casa Africana Reino de Oxalá, que está aqui conosco, a Milena Bittencourt, nutricionista e também frequentadora da Casa, o Pai Marcos, do Templo Escola de Umbanda Ogum Megê e Iansã Do Balê, e o Ogum Marquinhos Rigue que está aqui conosco, sejam bem-vindos à nossa Casa. Nesta quarta-feira próxima, dia 15 de novembro, nós vamos comemorar 115 anos da Umbanda no Brasil. O Dia Nacional da Umbanda, a data celebra a religião da Umbanda, considerada totalmente brasileira e criada a partir de características e misturas de crenças do catolicismo, espiritismo e

demais religiões de origem africana e indígena. Os umbandistas sofreram preconceito e discriminação por causa da religião no Brasil, muitos associavam suas práticas umbandistas como satânicas. No entanto, a Umbanda é mais um exemplo da rica diversidade cultural brasileira. Normalmente os cultos são feitos em terreiros onde os espíritos de caboclos, pombagiras, orixás, crianças incorporam nos médiuns, fazendo aconselhamentos e abençoando as pessoas presentes. A origem do Dia Nacional da Umbanda, a [Lei nº 12.644](#), de 16 de maio de 2012, sancionada oficialmente no dia 15 de novembro, como dia da Umbanda no País. A data, no entanto, já era comemorada por milhares de pessoas, principalmente os umbandistas, há muito tempo, pois foi a data em que o espírito de um caboclo anunciou a fundação da nova crença. Na verdade, a escolha do dia foi uma decisão das entidades federativas do Rio de Janeiro, durante a primeira convenção anual do Conselho Nacional de Umbanda. Origem da Umbanda: a Umbanda surgiu em 15 de novembro de 1908, neste dia um espírito teria se manifestado, pela primeira vez em um jovem médium, de 17 anos, Zélio Fernandino de Moraes, e mandado criar um novo culto, a Umbanda. Zélio estava sofrendo com uma paralisia que nenhum médico, na época, conseguia explicar. Um amigo da família do garoto aconselhou que o levassem para a Federação Espírita do Rio de Janeiro, onde o jovem foi possuído pelo denominado Caboclo das Sete Encruzilhadas, anunciando que deveria ser fundada uma nova religião no Brasil. Sou umbandista há 25 anos e tenho muito orgulho da minha religião. Seja o nome que dermos ao criador – Deus, Jeová, Oxalá, Arquiteto do Universo –, o que importa é a fé que trazemos na alma e no coração. Nunca vi alguém procurar uma religião somente para agradecer. Normalmente, procuramos quando mais precisamos, e comigo não foi diferente, mas, passados os anos, hoje trabalho com orgulho por gratidão. Gratidão é a palavra da minha vida. A Umbanda tem o hino mais lindo, a cor mais pura, a fé e a caridade sempre presentes e à frente de tudo. Salve todo o povo de terreiro, salvem nossos guias e protetores, salve a nossa Umbanda querida! Obrigada.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Hoje está no plenário e queremos saudar o INPrós, Instituto da Próstata, divulgando o 1º INPRÓS Bike Ride Day, que acontece neste sábado pela manhã. Estão todos convidados. O Ver. Tiago Albrecht está mostrando a camiseta. Eles estão, junto com os vereadores, atendendo às pessoas que quiserem ter mais informações. Sejam muito bem-vindos. Saudamos o INPrós.

A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Boa tarde, quero saudar o Presidente desta Casa, os demais vereadores e o público que nos assiste. Eu quero compartilhar que o livro Impedidos de Desistir, escrito pelo pastor Rodrigo Tavares, chegou aos cinemas. Nesse último sábado, dia 11 de novembro, pela manhã, foi realizada uma sessão especial no GNC, no Praia de Belas, para o lançamento do documentário Impedidos de Desistir, que conta, então, a história da saga da família Tavares e o seu testemunho de fé e resiliência diante dos problemas da vida. Esse filme conta, com detalhes, parte da história que também é narrada neste livro que tem o mesmo nome, Impedidos de Desistir, escrito por Rodrigo Tavares. É uma história de superação; é uma história de luta; é uma história de fé; é uma história de transformação e é uma história de amor. A Dani, esposa do Rodrigo Tavares, sofreu um acidente de carro a caminho da cidade de Santo Ângelo e, a partir daí, a família Tavares precisa se reinventar. O lançamento, então, desse filme no GNC Cinemas, foi apoiado pelos gabinetes da Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino e do deputado Elizandro Sabino, e foi prestigiado pela equipe Sabinos. E um grande público compareceu nesse dia, amigos do pastor Tavares, da família Tavares, amigos, familiares, pastores, vários apoiadores estiveram nesse dia. Foi um momento muito especial, particularmente, para mim, foi muito especial e eu me emocionei muito. Eu sempre, quando eu escuto a história da família Tavares, caio em lágrimas, porque é uma história muito comovente. Antes de iniciar o filme, o pastor Rodrigo Tavares e a sua família entoaram louvores de gratidão a Deus; e, no final do

filme, fizeram, uma oração com todas as famílias ali presentes. Depois, então, da estreia aqui, na cidade de Porto Alegre, esse filme vai percorrer várias cidades do interior, do Estado, existe a perspectiva de que seja também exibido numa plataforma de *streaming*. Para finalizar, como vereadora, psicóloga e presidente da Frente Parlamentar da Saúde Mental, eu quero sugerir a todos que possam ler o livro ou assistir ao filme, que está no cinema, porque este livro é uma ferramenta de desenvolvimento, de autodesenvolvimento e de fortalecimento da nossa fé. Vários estudos, várias pesquisas mostram a importância de desenvolvermos a nossa fé, a nossa gratidão a Deus para a realização de diversos tratamentos. Então, fica a dica e que Deus abençoe a nossa Nação.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. Pedro Ruas, nosso decano, está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ilustre Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra de estar aqui presente também, e os nossos telespectadores da TVCâmara. Eu falava há pouco com a Ver.<sup>a</sup> Karen Santos sobre algo que se repete, e que agora no sábado teve uma conotação quase trágica. Quase. Porque por detalhe não chegou à tragédia. Que é a repressão, Ver. Professor Alex Fraga, da Guarda Municipal em relação aos ambulantes do Centro. Nesse sábado, às 17h30min, há vários registros de celular, o que eu vi, Silvana, e as denúncias que a mim chegaram, é que a Guarda Municipal, com o apoio de setores da Brigada Militar, bateu pesado. Bateu pesado, Gimenis. Inclusive com tiros. Eu não posso afirmar, não vou afirmar, não sou leviano, que eram balas de verdade, podem ser de borracha, podem ser, eu só ouvi o barulho, vários disparos. Não sei o que era. Mas bater, bateram bastante, e o cacete era de verdade. A bala eu não sei. E a maior parte foi sábado às 17h30min, no início da Av. Voluntários da Pátria, Praça XV, ali. E a maior parte dos ambulantes eram haitianos; quase todos, aliás, eram haitianos. O que é uma crueldade brutal. Pessoas que vêm de um país destruído, terminado, procurar uma chance de vida, e o Brasil os acolheu oficialmente.

Oficialmente! Houve um convênio. Nós temos um convênio com o Haiti para moradia em todo o Brasil, temos várias associações – várias – que buscam, lutam por moradia. E essas pessoas, em boa parte, em larga medida, são ambulantes, Ver. Hamilton Sossmeier, porque simplesmente não há nenhuma outra ocupação. Eventualmente se encontra algum que está no Brasil já há mais tempo num restaurante, num posto de gasolina. Eu já encontrei. E eu falei, por acaso, hoje, com um amigo meu da polícia, conhecido, vinculado ao PSOL, disse que não tem ou quase não tem ocorrências policiais de haitianos. Um povo ordeiro, pacífico, está ali trabalhando, vendendo produtos, comprando por um e vendendo por um e meio. É isso. É a vida, Ver.<sup>a</sup> Biga, não tem o que fazer. Essa é uma denúncia e um apelo: não é possível se manter essa violência. Eles não estavam fazendo nada a não ser vender.

Quero aproveitar e fazer aqui um registro, Ver. Sossmeier, de que houve um tempo em que a SMIC, não sei agora, Ver. Moisés Maluco do Bem, como se chama a SMIC, talvez seja SMIC ainda, não fazia isso. Os fiscais, quando apreendiam, inclusive devolviam. Era o tempo do Ver. Idenir Cecchim, era um outro tempo. Sou testemunha disso, eu era vereador, não era assim, não era chegar batendo com a Guarda Municipal e com o apoio da Brigada Militar.

Eu concluo por aqui com essa denúncia importante, foi sábado, às 17h30min, fazendo um apelo: isso não pode se repetir, não é assim que se age. Tenho certeza absoluta, Ver.<sup>a</sup> Karen, que se conversar com as pessoas, mudar o local, há diálogo. Conheço a maior parte dos haitianos que falam português e estão no Centro. Se conversar, acerta tudo. Eu já vi negociações, participei de negociações. Eu estava passando por ali e me chamaram, não nesse evento, claro, mas eu fui testemunha de ir conversando, e as coisas acontecem. O problema é quando chegam batendo sem sequer dar uma chance de a pessoa se explicar. Uma barbaridade, porque não estavam fazendo nada a não ser trabalhar e ganhar a vida. Obrigado.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Conforme acordo prévio com alguns líderes, nós vamos receber o grupo carnavalesco para fazer uma apresentação.

(Apresentação de música pelos representantes de blocos carnavalescos de Porto Alegre)

**SR. LÚCIO WEBER:** Boa tarde a todos. Uma semana importante, Semana da Consciência Negra, e a gente vem aqui em nome dos blocos de Porto Alegre, alguns até de fora de Porto Alegre, que conseguiram a carta de utilidade pública, blocos que estão sempre aqui nos ajudando, fazendo a cultura. Pessoal, saiu um edital público em que o prefeito Melo destinou um valor de R\$ 500 mil, e por incrível que pareça o senador Heinze colocou mais R\$ 450 mil nesse edital. O edital contempla as dez regiões da cidade e mais o Centro de Porto Alegre. Esse recurso é para contemplar todos os bairros, levar alegria para o povo na comunidade, principalmente, porque o que acontece, pessoal? Saúde é importante, segurança também, e cultura, além de tudo, também é saúde, porque o povo precisa estar feliz no início do ano, para poder passar o ano tranquilo com todas as turbulências que têm tido nas comunidades. A gente entende que a cultura está ali na ponta, ali na base, e a gente, com esse fomento do Município, com esse fomento do senador, veio aqui pedir ajuda também para os vereadores que representam todas as regiões, porque é um edital aberto, a gente precisa contemplar mais blocos e também fazer uma estrutura boa, para fazer com que o carnaval da orla seja o carnaval oficial do Estado. A gente participou de um edital, a gente foi contemplado, a gente representa 50 blocos, um pouco de cada aqui, a gente sabe que é um dia difícil, o dia que o pessoal trabalha, mas a gente está aqui sendo acolhido por vocês. Muito obrigado, Presidente Hamilton; muito obrigado, Moisés Barboza, por ter dado esse tempo para nós, porque a gente não estava nem na agenda, mas como vocês são os representantes do povo, vocês entendem que aqui é a Casa do Povo e conseguiram. Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, em especial: a gente aqui não está

falando de esquerda nem de direita, a gente aqui não fala de esquerda nem de direita, a gente fala de cultura, e cultura é para todos. Muito obrigado, Comandante Nádia, a gente sabe que as emendas estão empenhadas, mas a senhora, sensivelmente, na semana passada, se comunicou com a gente e destinou R\$ 60 mil para a gente complementar o edital que vai contemplar as comunidades todas. Eu gostaria que os vereadores que têm mais identificação no discurso com a comunidade, que agora, neste exato momento, colocassem recurso e fossem para a prática, porque é um edital público, legal e contempla todas as regiões da cidade. Não é para entidade A, B, C ou D, é para toda a comunidade que quer ser feliz, que está cansada de violência. Muito obrigado a todos, e “Porto Alegre é demais”, esse foi o nosso tema, os blocos do Centro vão homenagear a nossa cidade. Porto Alegre é demais!

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Obrigado.

(Apresentação de música pelos representantes de blocos carnavalescos de Porto Alegre)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Pois não, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia.

**Vereadora Comandante Nádia (PP):** Presidente, só uma questão de ordem. Eu gostaria de informar os caros vereadores que todos nós podemos ajudar, neste momento, os blocos. O edital da Prefeitura está aberto, eu acredito que quanto mais emendas nós encaminharmos, mais condições os blocos têm de poder atuar em toda a Porto Alegre. Porto Alegre é múltipla, tem lugar para todos os vereadores, e as emendas estão aí. Até dia 20, ainda dá para colocar, tanto no edital das escolas de samba quanto no edital dos blocos de carnaval. Obrigada.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Obrigado. O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.



**VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Boa tarde a todos, Presidente Hamilton; nesta tarde de segunda-feira eu uso o tempo, agradeço aos colegas, ao líder da nossa bancada, Ver. Gilson Padeiro, ao vice-líder da nossa bancada, o Conselheiro Marcelo, pela utilização deste espaço. Tratarei de um assunto muito caro para mim, que é o uso de imagem. Circula nas redes sociais no dia de hoje, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, no Instagram de uma colega aqui da Casa, trechos de falas minhas, do Ver. Idenir Cecchim e do Ver. Mauro Pinheiro, totalmente fora de contexto sobre a pauta da CPI da Educação, e eu fiquei surpreso, porque o trecho, além de não ser autorizado, Ver. Claudio Janta, era porque eu perguntei nesta Casa, publicamente, se a CPI teria recebido o relatório da Prefeitura. E, sim, a Prefeitura enviou o relatório. No dia em que eu fiz essa pergunta, Ver. Giovane Byl, era porque se dizia que a Prefeitura não tinha enviado para cá o relatório sobre a entrega dos materiais, sobre erros de logística. Para deixar claro que o Poder Executivo enviou o relatório. Só que essa vereadora, de uma forma a distorcer, usou a imagem de colegas que parece na rede social dela estariam dando razão a ela de dizer que o documento não chegou a esta Casa. Então, para fazer o meu repúdio público à utilização de falas de colegas em uma intenção visivelmente eleitoreira na busca de arregimentar curtidas, eleitores. Essa vereadora que inclusive foi às redes sociais deixar claro que ficou muito feliz por a terem citado como pré-candidata no pleito que se aproxima no ano que vem. Então, primeiro para registrar o meu repúdio, porque este mesmo vídeo traz o nome de pessoas, traz a imagem de pessoas que estão ali sendo denunciadas como se tivessem cometido algum crime e que, por nós sermos defensores da justiça, não compactuaremos com tentativa de assassinato de biografia, seja do secretário adjunto Alexandre, seja do prefeito, seja de ex-secretários, de funcionários do quadro. Fazer postagem com suposições, dando a entender e dando margem à corrupção, a desvios? Eu quero saber quem é que depois vai lá pedir desculpa aos filhos das pessoas que estão sendo expostas; quero saber quem é que vai dizer: “Olha, eu falei, mas não era bem assim”. Então, fiquei muito contente que a justiça determinou que

a totalidade dos documentos estão em segredo de justiça, e nós aqui não podemos quebrar esse segredo de justiça, e nós aqui não podemos quebrar esse segredo de justiça por motivos óbvios, para não gerar injustiças.

Por fim, quero aqui agradecer e exaltar a presença dos queridos Dani Morethson e Gloria Crystal, militantes da diversidade no Estado do Rio Grande do Sul, que nos orientam, e orientam muito bem a bancada verdadeiramente do PSDB na pauta da tarde de hoje. É uma honra, Gloria; é uma honra, Dani, ter vocês aqui. Obrigado.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Vereadoras, vereadores, hoje pela manhã, nós tivemos mais uma sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa sessão foi muito importante, porque nós conseguimos demonstrar nas oitivas que existe um processo grave de tentativa, por parte do governo, de sabotar a Comissão Parlamentar de Inquérito, por um lado; e, por outro lado, também no dia de hoje, ficou muito evidente a suspeita que nós temos levantado desde o início, elas são muito justificadas, ficou muito evidente que são suspeitas muito legítimas. Nós tivemos duas depoentes hoje, a Veronica Ribeiro e a Lia Wilges. No caso da Veronica, nos chamou muito a atenção. Ela é proprietária da empresa Conceitto, que foi a empresa que vendeu os *kits* de robótica para a Prefeitura num valor de mais de R\$ 2 milhões. E essa depoente de hoje, essa proprietária da empresa não conhecia absolutamente nada do negócio, não conseguiu sequer explicar o seu currículo empresarial, não conseguiu explicar as razões pelas quais a sua empresa foi contratada sem nenhum tipo de concorrência pública, não explicou como os produtos poderiam ter a especificidade necessária para justificar a inexigibilidade. Foi realmente um depoimento que aumentou muito a nossa suspeita de se tratar de um caso de

“laranja” numa aquisição de mais de dois milhões de reais direcionada. Então isso foi grave. Nós também conseguimos ir demonstrando ao longo dessas semanas que nós tivemos um cartel na Prefeitura, em várias dessas concorrências, e isso é o que fez, na minha opinião, que o governo trabalhasse junto à Justiça para não fornecer a auditoria que executou e que se encontra no Tribunal de Contas. Se entrou, via Mari Pimentel, a presidente da comissão, a partir dos pedidos de informações feitos na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, para que a Prefeitura disponibilizasse esse relatório, essa auditoria. Nós ganhamos, na 1ª Instância, o juiz Hodara deu a vitória para esse pleito, deferiu esse pleito. No final de semana, o governo contestou e conseguiu uma liminar, a Justiça não entrou no mérito, mas o governo conseguiu uma liminar que lhe garante que essa informação não seja pública. Então existe uma auditoria, uma investigação, mas não há publicidade dessa investigação. Eu estou suspeitando – eu estou suspeitando – que não há publicidade dessa investigação por que o governo está pesando em responsabilizar os funcionários que assinaram algumas ordens de serviço, que deram a sua assinatura para alguns desses contratos, e não os dirigentes políticos que estiveram com essa responsabilidade de conduzir esses processos de aquisição desses Chromebooks, robóticas, livros, que são todos eles, todas aquisições suspeitas de formação de cartel, e, no caso do *kit* dessa empresa Conceito, ainda com uma suposta dona da empresa que há suspeita de que ela seja “laranja” realmente é muito forte. Eu inclusive mandei na Comissão Parlamentar de Inquérito que essa senhora deve passar a ser investigada e não só atuar como testemunha. Eu acho que, nos próximos dias, ainda nós vamos ter muitos problemas envolvendo a Câmara de Vereadores.

Eu quero concluir, nesse último um minuto, Ver. Moisés, apenas para lembrar o governo e solicitar dele que a gente, de fato, estabeleça uma negociação para aprovar o meu projeto, que é um projeto que garante a isenção de IPTU para as famílias que tenham as suas propriedades, as suas casas, atingidas pelas enchentes. Nós estamos sofrendo novamente com isso na região das ilhas, na região da Restinga, e eu creio que é muito importante nós tomarmos aqui na

Câmara de Vereadores medidas efetivas de justiça tributária mínima para remediar um pouco o sofrimento dessas famílias. Com essas chuvas que estão ocorrendo, os prejuízos são enormes e, por enquanto, a Câmara está parada. Nós fizemos, inclusive, Ver. Moisés, uma sessão que foi extraordinária para aprovar, por exemplo, o projeto daquela concessão dos R\$ 3 mil, e as pessoas ainda, na grande maioria, não viram a cor do dinheiro. Era uma ajuda pequena, mas, mesmo essa ajuda pequena, as pessoas ainda não tiveram a chance de obter essa ajuda do poder público. Então, eu peço celeridade para que possa aprovar bons projetos e para que os projetos que foram já votados sejam de fato executados. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Nós que agradecemos, Ver. Robaina. A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, vereadores; boa tarde público que nos acompanha pela TVCâmara; boa tarde, Presidente, Ver. Moisés. Preocupante ver os últimos movimentos, Ver. Robaina, do governo municipal, quando o simples ato de recebermos o relatório na íntegra da auditoria é cerceado por uma ação judicial, a ser despachada no plantão, para que, de qualquer maneira, e segurando qualquer informação, nada seja feito por transparência. Do que eles têm medo? Essa é a pergunta. Este é o vídeo que eu distribuí nas redes sociais, outros vereadores, mas a pergunta é: do que eles têm medo, Ver. Claudio Janta? Qual é o medo da Prefeitura? Por que a Prefeitura não quer mais ouvir ninguém, sendo que nós temos três semanas ainda, antes de encerrar a CPI? Qual é o medo, quando nós não ouvimos ainda servidoras que despacharam os materiais do Sr. Jailson, Ver. Claudio Janta! Qual é o medo de ouvi-las? Qual é o medo de ouvir o Sr. Alexandre, secretário municipal, dirigente do MDB. O medo nós não sabemos, mas sabemos que a população de Porto Alegre não teve as respostas que deveria ter. E não deveria ter por uma guerra de narrativas que está sendo, deveria ter, no mínimo, pela transparência

do seu prefeito municipal, que me ligou em novembro de ano passado, quando eu comecei a denunciar o escândalo da educação, dizendo que ele faria os vereadores da base assinarem junto. Quando ele falou que não precisaria nem a CPI solicitar os documentos, que, na verdade, ele mandaria tudo para a Câmara. E nós entramos numa briga judicial para ter acesso a um único documento, que não tem LGPD, porque é um documento feito com atos públicos. E o Ver. Jonas Reis que é um servidor público sabe: atos públicos são públicos. Empresas que contrataram serviços públicos são atos públicos e são públicos. Servidores que despacharam documentos públicos, são públicos, está na inerência do trabalho de um servidor público. Nós não estamos aqui, vereador, querendo saber quais alunos leram os livros. Isso poderia ser um acesso à informação, que poderia ser negado. Mas não o simples ato de um servidor público de despachar um processo de compra que contém irregularidades.

Vereador Moisés, eu tenho certeza que a sua imagem, a imagem do Ver. Mauro Pinheiro, a imagem do Ver. Idenir Cecchim, estão públicas também, afinal somos agentes públicos. E quando estou aqui nesta tribuna, estou representando Porto Alegre de maneira pública, e por isso a minha imagem pode estar vinculada à minha fala em qualquer local. E é de competência desse Legislativo, sim, usar as imagens e vincular as imagens para dar transparência para a população. Que me parece que esse é o grande desafio dessa capital, uma capital que hoje não tem transparência, uma capital que vê aqui uma empresária... E aqui eu explico para os vereadores que ainda não entenderam, Ver.<sup>a</sup> Biga, Ver Janta. Deixe eu lhe explicar: Hoje, Veronica veio aqui, a empresária. A empresária que os vereadores tomaram suco de laranja, porque não conseguiu explicar o vínculo dela com a empresa. Não conseguiu explicar, Ver. Alex, como é que funciona a empresa dela – ela nem sabe. E essa situação ridícula que a gente se submeteu aqui na Câmara de Vereadores, na CPI, se deve porque o proprietário da empresa, o Sr. Airton, estava sendo investigado, e no ano de 2019 quando ele passou a empresa para a Sra. Veronica, ele tinha risco de não ser contratado pelo setor público, por processos de investigação. Então, a Sra. Veronica, que sentou hoje aqui ao nosso lado, nada mais é que alguém que desempenha um

papel para o Sr. Airton que estava sendo investigado. E foi lá, na última instância, neste ano, que essa investigação foi terminada. Então aqui nós não temos almoço grátis, nós não temos narrativas que estão sendo mudadas, Ver. Moisés, nós temos a realidade e os fatos, agora, se os vereadores querem saber a realidade dos fatos estão aqui: direcionamento de licitação é crime; empresa laranja para fraudar licitação é crime. E é diante desses fatos que a CPI se estende, diante dessa realidade e não diante de um processo eleitoral ou de um processo onde nós usamos as narrativas como melhor convém para proteger os amigos do rei. Aqui nós queremos proteger 1,5 milhão de habitantes de Porto Alegre que merece o nosso respeito. Obrigada.

**Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento):** Sr. Presidente, nós tomamos conhecimento agora do falecimento do Sr. José Aldomiro Machado, foi assessor sindical da Força Sindical, da Fetraçs, da Fecomércio, do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre e da Fecosul. Solicitamos um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José Machado. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Defiro o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu quero que vocês vejam o que este governo faz contra o cidadão de Porto Alegre, contra o pagador de impostos. Aquilo ali foi hoje, de manhã. Isso é uma ambulância do SAMU paga por todos vocês que não conseguiu fazer atendimento na Rua Dr. Flores, porque não tem fiscalização da forma que a obra está sendo feita. Uma região com prédios, com milhares de pessoas trabalhando, morando e, quando precisarem ser atendidas pelo sistema de

saúde emergencial, diante deste governo, não podem. O governo conseguiu o inimaginável: trancar o caminho do SAMU, trancar o caminho dos socorristas hoje, de manhã, na Rua Dr. Flores. Sebastião Melo, quem são essas pessoas que estão nessa obra? Que empresa é essa que não deixa o caminho aberto para o SAMU? Eu não acredito, porque, historicamente, sempre ocorreram obras nesta cidade, e nunca o SAMU teve que parar. Não é a primeira vez que eu recebo denúncia lá no Centro Histórico. Então, eu quero fazer o apelo: é preciso ir lá olhar como estão todos os quadrantes. Não é possível que o senhor vai levar essas obras politiqueras até a eleição. Por que não faz por partes? Como interromper uma via inteira? Não está certo. As vidas em primeiro lugar. Então, este é um apelo por humanidade. Obras são importantes, são fundamentais de qualificação, requalificação. Lutamos por isso, mandamos emendas impositivas para vários lugares. Agora não é possível uma empresa fazer o que quer, e o governo não se responsabilizar. Os socorristas apavorados hoje de manhã, os cidadãos não sabiam o que fazer. Aquela imagem é uma imagem que fica na minha mente, o servidor público não poder trabalhar, o cidadão não poder ser atendido, e se trata de risco de vida, ninguém chama o SAMU. Ninguém chama o SAMU de brincadeira. Prefeito, por favor, as obras são importantes, precisamos que elas sejam tocadas, agora é inadmissível que não tenha fiscalização, que esteja tudo como diz o linguajar popular: à Bangu, de qualquer forma, de qualquer jeito. Não tem secretário de obras é só nisso que eu posso crer. E o pior de tudo, secretário de obras ganha R\$ 19 mil para não fiscalizar as empresas que obstruem todas as vias. Nós estamos falando de uma região de prédios, é algo seriíssimo, eu estou indignado. Mas quero também aqui frisar os episódios lamentáveis que temos vivido na CPI da Educação neste Município. Um governo que não dá explicações e agora teve a arrogância de dizer que não vai liberar os dados das auditorias. Mas que tal, hein? Sr. Sebastião Melo, do chapéu de palha, o que tens a esconder? Diga a nós, diga ao povo. Por que não quer os dados a público? Há medo que o povo saiba o que acontece de fato entre quatro paredes neste Município. Impostos caríssimos recolhidos, compras milionárias não explicadas, materiais sucateados, acumulados e, mesmo assim,

ele não explica, ele não se envergonha com escolas que não têm obras, com escolas onde faltam profissionais, com alunos que não têm sequer escola. São 29 mil crianças sem sala de aula, porque ele não constrói uma escola, ele queria só para a Mind Lab, que hoje ninguém explicou nada. Quase R\$ 15 milhões a uma empresa por uma senhora que veio hoje aqui e não ligou o A com o B no alfabeto, que não disse e não explicou. Uma senhora que nada sabia de tecnologia e educação veio aqui e disse que era dona de uma empresa que vendeu milhões à Prefeitura de um material que não tem ligação com o pedagógico das escolas. E eles debocham da sua cara, cidadão. O governo Melo debocha do cidadão, porque tem maioria na Câmara, porque tem maioria na CPI, porque se acha superpoderoso e porque não respeita o teu imposto, cidadão, porque, se respeitasse, essas 29 mil crianças não estariam hoje sem escola, teríamos novas escolas, novos projetos, e não tem nada. A EMEI Paineira está fechada, e ele nada faz. É o abandono da educação. Lembrem-se: quem abandona a educação abandona todo o povo, porque quem abandona a juventude não acredita no futuro, e é contra isso que nós vamos continuar lutando na CPI. Nós queremos a verdade, e o senhor, até agora, não falou nada.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Solicito às Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores que, por favor, ajudem o colega aqui, porque estão passando muito do tempo de cinco minutos, que já é grande. Por favor, vamos nos ajudar, para o colega não ficar antipático por solicitar o corte do microfone. A gente acaba não votando as pautas que precisamos votar. Por favor, me entendam.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder. (Pausa.) Desculpe, Ver. Idenir Cecchim, por óbvio, não foi dirigido a V. Exa. É geral.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** O senhor faz muito bem, Presidente. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta Câmara e esta cidade tiveram uma grande vitória neste ano. Conseguimos juntar os pequenos num bloco, os



vereadores pequenos num bloco, os vereadores que têm pouco a dizer e muito a gritar, os vereadores que se rebelam contra uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. É inacreditável isso. Vereadores que esperam que o Tribunal de Justiça concorde com as baboseiras que dizem, vereadores que esperam que o Tribunal de Justiça, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, aplauda uma pesquisa, onde uma vereadora teve, próximo do traço, que agradecer à cidade: “Obrigada, Porto Alegre, por não me reconhecer – obrigada, Porto Alegre, por não me reconhecer!” E eu diria: obrigado, Porto Alegre, por reconhecer essa vereadora, o vereador que aqui me antecedeu, reconheceram o tamanho deles – o tamanho deles! -, o intelecto deles! E querem que o Tribunal de Justiça concorde com as bobagens deles, que querem que o Tribunal de Justiça diga “sim” a pedidos que não podem ser atendidos. Existe a lei que diz o que pode e o que não pode. Agora, veja se o Jonas e a outra vereadora vão afrontar o Tribunal de Justiça porque não receberam a resposta que queriam. Obrigado, Porto Alegre, por reconhecer a minha pequenez e me dar 1% porque não tinha mais, eu não tinha outro para votar, então, vai tu mesmo, esse que representa o 1%. E o Ver. Jonas vem aqui, olhando para a câmera, falando para o prefeito Melo, ele não vai lhe responder, Ver. Jonas, o senhor é ainda muito pequeno na cidade para querer briga com o prefeito, não precisa, o prefeito não vai lhe responder. E isso não é briga de cachorrinho pequeno, é briga para cachorro grande, adestrado, e não aqueles que não têm comando, aqueles que são soltos por aí. Então, prefeito Sebastião Melo, não precisa eu lhe dizer, resposta para esse tipo de vereador não, não haverá porque eles não merecem resposta. E eu queria agradecer a tal de vereadora, que cada *card* que ela publica, pensando que é contra mim, ela joga um monte de eleitores para mim. Obrigado, vereadora, a senhora que diz “obrigada, Porto Alegre”, eu digo obrigado, vereadora, por fazer aumentar a minha votação. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Nós que agradecemos, Ver. Idenir Cecchim, inclusive por ter compensado um minuto que alguns colegas excederam.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina e do Ver. Tiago Albrecht, solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento do Ver. Hamilton Sossmeier, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, passando, imediatamente, ao período de Comunicações e, após, ao período de Pauta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Cassiá Carpes.

Passamos às

## **COMUNICAÇÕES**

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Ver. Moisés Barbosa, presidindo os trabalhos, uma boa tarde a ti e aos demais colegas vereadores e vereadoras. Vereador-Presidente, eu considero que existe no nosso País uma moral política ou uma política moral que entende que a existência de pessoas LGBTQIA+ possa ser uma ameaça. Essa moral acaba tendo de fundo, Ver. Cecchim, uma ideia de que possa não ser desejável aos nossos filhos, às nossas filhas serem pessoas como eu, como o Ver. Dani, como a Glória, como os ativistas da população LGBTQIA+ que estão presentes hoje aqui na tribuna, os quais eu comprimento. E é essa moral que justifica, Ver. Cecchim, que, pelo Brasil inteiro, existam projetos de lei nas Casas Legislativas que buscam impedir com que nas escolas nós tenhamos a propagação daquilo que é dito enquanto ideologia de gênero. A verdade é que ideologia de gênero não existe no seu sentido como é propagado por aí, enquanto uma possibilidade de conversão de crianças e de adolescentes nas escolas. Não é possível, Ver. Cecchim, como foi dito por uma colega minha em outra oportunidade aqui nesta tribuna, que a

mentalidade de uma criança seja distorcida no sentido de se tornar aquilo que ela não é.

Nesse mesmo espírito, que a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, com quem quero dialogar, apresentou um projeto de lei nesta Câmara. No projeto, apresentado pela senhora, reforça-se essa interpretação que eu tenho dito, porque na justificativa se diz que é preciso evitar atividades pedagógicas que possam moldar o caráter e os valores das crianças e dos adolescentes. Pois bem, é importante que se diga aqui: de que ameaça se fala nesse projeto? A ameaça que se fala nesse projeto é a possibilidade de ser alguém como eu, como o Dani, como a Glória, como os ativistas que ocupam hoje o plenário. Se não for isso, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que me responda de pronto que não é.

Quero te fazer uma proposta: que a senhora retire esse projeto da priorização. A senhora apresentou duas emendas a esse projeto; se de fato não é essa a sua intenção, se de fato as emendas que a senhora apresentou significam que tem a disposição para o debate, peço que a senhora retire da priorização. E que nós possamos fazer essa discussão do zero, desde o início, porque a senhora referencia, no seu projeto de lei, outros que expressam exatamente a posição que eu compartilho aqui: uma visão preconceituosa de que a nossa existência possa ser uma ameaça.

Eu gostaria de compartilhar com os vereadores e com as vereadoras que o que é uma ameaça à infância é a fome, é a falta de merenda nas nossas escolas. Isso é uma ameaça profunda às nossas crianças. Proteger as nossas crianças exige que a escola seja um espaço da promoção da igualdade de gênero, que a escola seja um espaço de respeito a diversidade. E na tribuna, alguém, vereadora, me diz assim: “Eu afirmo aqui do microfone, Ver. Fernanda, que a escola precisa ser um espaço de promoção da igualdade e de valorização da diversidade.” Na tribuna, alguém me responde dizendo assim: “O respeito não é uma questão de opinião; é uma questão de educação, e a educação precisa valorizar a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual.” E é por isso que a minha manifestação hoje em Comunicações, eu volto a dizer aqui, é pedindo à Sra. Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth que retire da priorização esse projeto de lei

para que nós possamos fazer a discussão de forma adequada e que nós não aprovemos, mais uma vez, um projeto de lei nesta Casa que possa fazer de Porto Alegre uma vergonha nacional. É isso que nós não queremos. E por isso, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, eu estou dialogando com a senhora, eu estou falando com bastante serenidade, com bastante tranquilidade de que o mais adequado é que a senhora retire da priorização para que nós possamos fazer o debate de forma adequada nesta cidade. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Everton Gimenis está com a palavra em Comunicações.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Aceitamos todas as manifestações democráticas, porém solicito silêncio agora ara que possamos ouvir o Ver. Everton Gimenis, que está substituindo o Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto.

**VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT):** Boa tarde, Presidente, boa tarde Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Eu gostaria de dizer que estou muito feliz de estar aqui novamente reassumindo essa cadeira. Eu assumi a primeira vez em maio de 2021...

**Vereador Tiago Albrecht (NOVO):** Presidente, acho que nós temos que respeitar o vereador na tribuna. Acho que este é um Parlamento, é a Casa do Povo, inclusive hoje ele faz, talvez, o seu primeiro discurso nesta incursão. Acho que é importante o debate, mas, enquanto tem alguém na tribuna falando, vamos ouvir o nobre vereador. Desculpe interrompê-lo, vereador, mas eu, que estou aqui na primeira fila, não consegui... Depois que o vereador terminar, quiserem aplaudir...

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Acolhida a questão de ordem do Ver. Tiago Albrecht. Temos um vereador, é a primeira fala do vereador em substituição ao Ver. Engº Comassetto. Vou repor o tempo do Ver. Everton Gimenis, para que ele possa fazer uso da palavra. Por gentileza.

**VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT):** Obrigado, Presidente. Então, vou retomar. Boa tarde Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Como eu estava dizendo, eu estou feliz de estar retornando a esta Casa, assumi na primeira vez em maio de 2021, na semana do 1º de Maio. Infelizmente hoje não estou assumindo pelo motivo que eu gostaria, porque é a licença médica do companheiro Eng.º Comassetto, o qual desejo pronta recuperação e melhoras. Mas também o momento é importante, por quê? Porque, na semana passada, eu não pude estar aqui, logicamente eu não estava como vereador, mas tive meu primeiro projeto de lei aprovado nesta Casa, por unanimidade, na segunda-feira passada. Portanto, gostaria de agradecer a todos os vereadores e vereadoras que votaram e aprovaram o projeto; fazer um agradecimento especial ao Ver. Jonas Reis, líder do PT, que fez uma emenda para facilitar a aprovação do projeto; aos vereadores Adeli e Oliboni e Ver.ª Biga, que eu soube que defenderam aqui no plenário o projeto.

O projeto de lei que foi aprovado é o que institui a Semana de Valorização do Trabalho Doméstico. Por que este projeto é importante? Primeiro, porque, inclusive na mesma semana, caiu no ENEM a questão do cuidado. E nós temos uma estatística no Brasil em que 75% de todo o trabalho doméstico é feito pelas mulheres, o trabalho doméstico não remunerado. E a gente tem que discutir essa questão da valorização do partilhamento desse trabalho entre homens e mulheres. Hoje, as mulheres não só cuidam da casa, elas trabalham fora, assim como os homens, e, quando chegam em casa, às vezes, têm dupla, até tripla jornada, tendo que cuidar dos filhos e da casa. Então, é importante discutir a divisão e o partilhamento do trabalho doméstico. Mas o projeto também trata do trabalho doméstico remunerado, aquele que as empregadas domésticas, em geral, fazem; nesse trabalho a estatística diz que 90% do trabalho doméstico

remunerado é feito por mulheres. Vejam bem, destes 90% feito por mulheres, 65% são de mulheres negras. E nós estamos no mês da Consciência Negra; então, vem a calhar também discutir esse tema, porque nós temos que discutir, na questão do trabalho doméstico remunerado, a questão dos direitos, porque, neste projeto, nessa discussão, nessa estatística, também conta que grande parte deste trabalho doméstico remunerado é informal, apesar de já terem sido reconhecidos alguns direitos para as empregadas domésticas, a maioria das pessoas não cumpre esses direitos, não paga esses direitos; daí há uma estatística que fala que essas mulheres que fazem o trabalho doméstico remunerado trabalham, em média, 52 horas por semana, 52 horas semanais, ou seja, uma carga de trabalho exorbitante, com uma remuneração mensal em torno de R\$ 876,00, não chega, em média, a mil reais. Isso mostra o quão desigual é esse trabalho, o quão exploradas são essas pessoas que fazem o trabalho doméstico. Então, a intenção deste projeto é valorizar, dar visibilidade para o trabalho doméstico, fazer essa discussão de que nós, homens, precisamos partilhar, dividir o trabalho doméstico não remunerado, em casa, com as nossas companheiras, com as nossas esposas.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT):** O fascismo está sempre se destacando; na semana passada atacaram a Ver.<sup>a</sup> Abigail porque estava aqui defendendo o meu projeto, porque o fascismo é também machista e racista. E como o trabalho doméstico é feito, na maioria, por mulheres e por negras, o fascismo sempre se revela; felizmente nós derrotamos o Bolsonaro, mas não o fascismo, nem o bolsonarismo. E nós precisamos fazer isso para ter um mundo mais igual. Mas, continuando, eu estava aqui, falando, antes de ser interrompido abruptamente por alguém na galeria, que a gente precisa, nesta semana, em que a gente quer que a Prefeitura institua, fazer campanha de valorização, mostrar para os homens a necessidade do partilhamento, da divisão, bem como, discutir com a sociedade, que tem, sim, que dar os direitos das empregadas domésticas e

remunerar bem. Então, muito obrigado por terem aprovado este projeto aqui na Casa do Povo. Vou estar muito satisfeito nesses dias em que estou substituindo o companheiro, Eng.º Comassetto. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Nós é que agradecemos; é uma honra para nós todos a sua presença.

A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vai ficar aí na tela a projeção do orçamento da rubrica Animais da Prefeitura de Porto Alegre. Teremos a oportunidade de ver a evolução das esterilizações de 2011 a 2023 e também o orçamento de 2011 a 2024. Das conquistas de maus-tratos que tivemos, foi sancionada uma lei em 2020, a Lei nº 14.064, que aumentou as penalidades, podendo a reclusão variar de dois a cinco anos contra pessoas que cometerem crueldade animal, e multa. Mas ainda permanece a lei dos crimes ambientais para as demais espécies; porém, mais brandas. Esta deveria se igualar, principalmente para quem comete crimes de rinhas, tráfico de animais silvestres, maus-tratos em rodeios, e outros. Nós iniciamos esse ativismo há quase 30 anos. Aqui, na Câmara, tivemos um fórum, de 2002 a 2007, em que convivemos muito com outros vereadores que eram coordenadores, como o Beto Moesch, como o Ver. Sebastião Melo, como o Sebenelo, que eram os coordenadores desse fórum de que eu participei de quase todas as reuniões, que nada tinha, e combatíamos o fim do extermínio no canil municipal. Aprendemos o caminho da política, apresentamos minuta de projeto para o controle populacional, por meio de castrações, de animais de pessoas de baixa renda, entre outras propostas, nesse projeto que foi aprovado em 2006 e sancionado em 2007 pelo prefeito Fogaça. Em paralelo, trabalhamos o fim dos maus-tratos dos cavalos da capital. Igualmente, apresentamos minuta de projeto. Na época, era o Sebastião Melo o vereador. Foi uma luta, uma construção de toda a Câmara, e aprovamos, em 2008, sancionado também pelo prefeito Fogaça. A implementação foi para toda a cidade. Sabemos que ainda

tem carroceiros que vêm dos municípios vizinhos porque não tem a política pública; sabemos que, nas zonas mais conflagradas, ainda existe; mas foram grandes conquistas. Ainda, na época, foi criada a coordenadoria, no governo Fogaça, da qual eu fui coordenadora e que deu todo um embasamento para criar uma secretaria, que foi extinta no governo Marchezan.

A partir também das nossas propostas, hoje nós temos as emendas impositivas; a cartilha educacional, que é *online* nas escolas; o censo populacional, que será concluído em janeiro de 2024; a campanha *busdoor* em linhas de ônibus contra abandono e para adoção; o Castramóvel, contratualizado na periferia, que está fazendo programa de castração, para o qual eu repassei recursos; e a descentralização das castrações em clínicas conveniadas, que era um grande sonho, e isso está auxiliando muito o controle populacional de Porto Alegre. E aqui eu agradeço as 100 mil castrações aprovadas na Câmara; assim que a gente concluir, deixarão de nascer 3,2 milhões animais, entre cães e gatos, aproximadamente.

Também as realizações do governo: 17.616 atendimentos veterinários; 60.551 exames de laboratório e de imagem; 53.878 castrações, e um esboço das castrações está ali, foi o governo que mais fez castrações de animais domésticos até agora; também, na enchente, o resgate de 100 animais, devolvidos castrados e microchipados aos moradores das ilhas. E um quarto programa que está entrando é uma unidade móvel doada pelo governo federal, verbas de deputado federal, que também vai fazer trabalho na periferia.

Eu pediria que colocassem um vídeo, porque o meu objetivo hoje é falar sobre esse vídeo que está rolando, atingindo a causa animal e tudo o que nós trabalhamos. Essa falta de reconhecimento, oportunismo, mentiras e demagogia de quem quer capturar votos como um paraquedista que chegou na causa animal e que não sabe nem que gato tem quatro patas! Eu estou indignada. São quase 30 anos de luta para nós chegarmos a este estágio, e nós não vamos deixar destruir isso. Se o Gabinete da Causa Animal não está atendendo, fale comigo, porque eu sou a primeira a pedir para destituir as pessoas que estão lá. Não boto pano quente! Não boto pano quente em funcionário que não quer



atender a população, que não quer, pelo menos aos sábados, aparecer em uma região onde se precisa conscientizar a educação. Então o vídeo, não poderia ser diferente, é do Ver. Jonas, o cara que tem um Instagram “causa animal oficial”! É muita prepotência, não é, seu paraquedista?

(Tumulto no plenário.)

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Olha o que ele diz: “que não existe política pública...” E os cavalos que são resgatados e levados para uma cabanha que hoje é modelo para o País? E as castrações, o maior número... E o maior orçamento em 10 anos: R\$ 7 milhões, Sr. Jonas? Você quer atacar o prefeito, porque não gosta do prefeito? Ataque de forma correta, de forma honesta. São desonestas as suas atitudes. O senhor merece não só este discurso, muito mais; e faça um *card* com o meu nome para o senhor ver; faça que eu quero ver. Eu vou lhe levar para outras câmaras. Para concluir, dizer que os *cards* do Ver. Jonas são mentirosos, de má-fé, tentando entrar na causa animal como um paraquedista, mas nós conhecemos esse tipo de gente que na campanha aparece beijando cachorrinho, mas não resgata um, não bota um centavo particular. Obrigada.

(Tumulto no plenário.)

**Vereador Jonas Reis (PT):** Presidente, eu quero dizer aqui uma questão de ordem, fui atacado nominalmente de forma voluntária por uma vereadora do governo...

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Qual é a Questão de Ordem, Ver. Jonas, por favor.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Eu quero que ela retire todas as palavras de ataque ao meu mandato e que ela...

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** É um pedido.

(Tumulto no plenário.)

**Vereador Jonas Reis (PT):** Então a senhora pegue as palavras, as engula e as digira da forma que lhe convier. Eu não trabalho com grito.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Ver. Jonas, está feito o pedido. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Os vereadores ainda não sabem que, enquanto não entrar na Ordem do Dia, a liderança prescreve. Mas vamos fazer uma aulinha, pedir para o Luiz Afonso fazer uma cartilha para os vereadores aí. Eu venho falar aqui de algo que está no dia a dia de cada um de nós aqui, algo que está no dia a dia das pessoas que aqui viemos representar. De 1º de janeiro até a hora em que eu subi aqui na tribuna, nós arrecadamos R\$ 2.625.588.243.000,00. Isso são os impostos de 1º de janeiro até o momento em que eu subi a esta tribuna. Pasmem! No momento em que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes botou o vídeo até ela terminar de falar, custou R\$ 11 milhões de arrecadação de impostos. No período em que o Ver. Giovani Culau, o Everton e a Lourdes falaram, o governo arrecadou, nesse período de 15 minutos, R\$ 87 milhões em impostos. R\$ 87 milhões em impostos em 15 minutos! R\$ 87 milhões em impostos enquanto os vereadores falavam, uma média de arrecadação, por cada 5 minutos, de R\$ 22 milhões em impostos. Isso está no arroz, no feijão, na passagem, no azeite, no açúcar, isso está na escola, na saúde, nos medicamentos. Isso é o que cada um de nós que aqui se encontra nesta Casa, nesta tarde, as pessoas que estão nos assistindo, as pessoas que estão nos seus trabalhos, as pessoas que estão procurando trabalho, independentemente de renda paga: a cada 5 minutos, uma média de R\$ 20, 23, 24 milhões

arrecadados em impostos. Onde nós vamos parar?! Se a pessoa precisa de um atendimento médico, não temos recursos; se as pessoas querem se aposentar – não se aposentar por idade, mas se aposentar por invalidez, hoje nós temos várias pessoas incapazes para o mercado de trabalho, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, acidentes de percurso, acidente doméstico, ganhando alta, com dificuldade de locomoção, pessoas com doenças gravíssimas que impossibilitam essas pessoas de trabalhar, dando alta – não tem recurso, não tem dinheiro.

Dois trilhões, seiscentos e vinte e cinco bilhões de primeiro de janeiro até agora! Dois trilhões! Isso é a receita de vários e vários países! Isso é a arrecadação anual de vários e vários países! Nós estamos falando só de impostos neste País. Impostos que estão na cesta básica! Impostos que estão na nossa mesa, que estão na nossa luz, quando nós acordamos de manhã! Impostos que estão na nossa água, quando bebemos! Estão em tudo! Estou falando do nosso sócio, o sócio que está na nossa casa! Estou falando na amante que está na nossa casa; no amante que está na nossa casa, que são os tributos deste País. Inadmissível que a gente pague R\$ 2,625 trilhões em impostos e não se tenha política pública nas principais áreas, como saúde, educação, assistência social e segurança pública. Dependendo de migalhas do governo para se ter uma assistência médica; dependendo de migalhas do governo que arrecada R\$ 2,625 trilhões para ter uma escola decente para os nossos filhos, para ter políticas habitacionais, para ter políticas de melhoria na vida das pessoas, para ter política de geração de emprego e renda, o governo arrecada R\$ 2,625 trilhões! Como diriam alguns, como um jornalista famoso: isto é uma vergonha. E nós não temos política pública. Está na nossa mesa. Lembrem bem quando forem ao supermercado; lembrem bem quando forem a uma farmácia, quando forem pagar a passagem do ônibus, quando forem abastecer, que está rolando o impostômetro. Entrem lá de manhã e vejam como arranca e como termina ao final do dia essa arrecadação desfredda que se tem no bolso das pessoas, no bolso dos trabalhadores brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo deste vereador.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Obrigada, Presidente Moisés, deixar bem claro que eu agradeço a cedência do seu espaço para que eu fale no meu nome mesmo. Eu vim aqui, porque, olha, o quanto é controverso a fala do PT. A fala do PT é aquela que é em prol das minorias, mas, na verdade, usam, os mais vulneráveis, para ganhar pauta que nem utilizam, para ganhar espaço que não tem, como que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes veio aqui muito bem explicar. Uma pauta que a Ver.<sup>a</sup> Lourdes trabalha há anos, a causa animal, e agora vem um vereador do PT que quer se apropriar dessa pauta. E eu trago outros exemplos aqui do PT se apropriando de pautas que não são deles, mas que usam as pessoas para fins politiquieiros, baratos, fins politiquieiros que são hipócritas como, por exemplo, a questão da violência doméstica. Essa não é uma pauta da esquerda, é uma pauta de todos nós que somos cidadãos de bem, uma pauta de homens e de mulheres, porque entendemos que, quando em um lar uma mulher sofre acrições, toda a família se recente. Uma pauta que, por anos, a esquerda se apropriou dizendo que era dela, mas, não, nós estamos descortinando porque a violência doméstica diz respeito a mulheres brancas e a mulheres negras, diz respeito a mulheres com deficiência e sem deficiência, diz respeito a mulheres que não têm condições financeiras, mas diz respeito a mulheres que têm condições financeiras muito fortes. Como foi o caso, nesse final de semana, da Ana Hickmann, que teve que fazer um registro contra seu marido porque sofreu violência doméstica dentro de casa. Essas pautas não são da esquerda, vamos puxar o tapete dessa gente que é hipócrita e que quer apenas, Ver.<sup>a</sup> Mônica, ganhar voto. Essa pauta diz respeito a todos nós sobre o racismo. Quem aqui é racista? Não somos racistas, mas a esquerda faz desta uma bandeira, como se nós todos fôssemos racistas. É hipocrisia! Assim como a pauta do LGBT que não é uma pauta do senhor, Ver. Giovani, mas é uma pauta de todos nós, é uma pauta que nós todos respeitamos. (Palmas.) E aqui eu espero que os ativistas LGBT abram os seus olhos; não é a esquerda que protege vocês. Esta esquerda

hipócrita que diz que é a favor do LGBT é aquela mesma que, em Cuba, na Venezuela, que agora na Palestina mata gays, mata. E aí? E aí? E aí o indefensável acontece muitas vezes nesta tribuna: a defesa do Hamas. Indefensável! O Hamas é um grupo terrorista que é contra LGBT, que, em contrapartida, muitos políticos de esquerda, inclusive deputados estaduais estão ali apoiando. Controverso: a teoria é uma, a prática é outra. Assim como, volto à violência doméstica em que uma mulher foi vitimada, e eu fiz uma moção de apoio, mas nem todos aprovaram, porque aí dizia respeito a partido político e não fica tão bom. Como é o caso da educação que nós queremos uma educação sem ideologia dentro da sala de aula, mas que, infelizmente, nós vimos um professor de história, num colégio particular muito bem pago pelos pais, o Anchieta, dizer que o Hamas é um grupo político. Gente, é sem ideologia mesmo. Não pode o professor ter ali a liberdade de cátedra para dizer o que ele bem quer, porque o aluno ali está indefeso, sem condições de rebater o professor. Não pode! Não pode!

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Para concluir, vereadora.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Um minuto para concluir, por favor. E se o professor apresentar a sua opinião que ele apresente todos os lados, para que o aluno forme a sua opinião e não seja um aparelhamento de lavagem cerebral. Quero dizer, queridos vereadores, que inclusão não é da boca para fora, como muitos vereadores de esquerda fazem. Eu quero ver um vereador de esquerda colocar no seu gabinete – como eu fiz – um jovem autista a trabalhar. Isso eles não fazem. É só da boca para fora. Aqui não é um ataque à esquerda, aqui é conscientização, abram os olhos, vejam realmente quem é pelas minorias, quem faz pelas minorias. E quero lhe dizer, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que se a senhora chamar o pessoal do LGBT para uma reunião para entender o que é o seu projeto – porque eu entendi – e não a narrativa do PCdoB, eu estou junto com a senhora.

Eu quero ver quem vem nesta reunião para construir, não para destruir o seu projeto. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Gente, eu vou fazer um acordo aqui, eu vou avisar os vereadores quando eles completarem quatro minutos de fala. O Ver. Robaina excedeu mais de um minuto, o Ver. Giovani, a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, porque vira praxe pedir mais um minuto para encerrar, e nós temos cinco minutos. Então eu vou avisar com quatro minutos e com cinco minutos vamos concluir, se não a gente não vai votar, que é o nosso objetivo principal.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Vereador Pedro Ruas, muito obrigado pela cedência do tempo, eu quero aqui insistir nos graves problemas que temos em Porto Alegre. Vocês conhecem o Morro Ricaldone? Moinhos de Vento, região nobre da cidade de Porto Alegre? Há um desmoronamento, eu estou fazendo um levantamento, vou buscar uma assessoria técnica profissional para saber da situação e que nós possamos tomar as devidas medidas.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, este processo do Morro Ricaldone eu comecei em 2022, fiz um projeto, o projeto foi pago pelos moradores, levei ao prefeito, nós já abrimos edital. O primeiro deu deserto, estamos no segundo, três empresas já se apresentaram, já vai começar a obra dentro de 60 ou 70 dias. O Morro Ricaldone é uma tragédia anunciada em função do clima deste ano, que foram muitas chuvas. Eu posso lhe mostrar todo o projeto desde 2022, reuniões e reuniões com todo o governo, com engenheiros, com ambientalistas, com tudo. Obrigada.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica. É muito importante que a gente possa ter diálogo, como as senhoras e os senhores

acabaram de ver. Diálogo, o que está feito, o que não está feito, o que ainda pode ser feito, e como a gente vai trabalhar pela coletividade, porque a nossa preocupação fundamental é com as pessoas, com a segurança das pessoas, com a sua dignidade.

Amanhã, na reunião da CUTHAB, nós discutiremos as calçadas de Porto Alegre. As calçadas não foram feitas para a circulação de patinetes. Estou apresentando um projeto de lei consolidado, pesquisado, estudado sobre o uso das patinetes em Porto Alegre. Não é chute, não é invenção minha, eu estou estudando, estou anunciando aqui. Se alguém depois quiser assinar comigo, ótimo, vou aceitar, mas está quase pronto. As calçadas, amanhã, na CUTHAB, serão o debate, a sua ocupação. Se, por um lado, em nenhum lugar do mundo a patinete anda em calçada, por que é que Porto Alegre vai fazer essa burrice, essa imbecilidade? Não pode fazer isso. Ademais, nós vamos discutir o que se pode mercadejar, ou o que não se pode se mercadejar nesse espaço de circulação. Eu lembro, quando fui secretário da SMIC, Ver. Cecchim, a Av. Alberto Bins era intransitável. Fizemos uma conciliação. Não foi o ideal, longe de ser o ideal, mas chegamos a um bom momento. A Av. Assis Brasil, a mesma coisa. Horários na Rua da Praia, a mesma coisa. Por isso, não cabe o uso da força, da violência contra as pessoas que estão ocupando esses espaços, tem que conversar. Sempre foi assim; na sua gestão, foi assim. Não me lembro de nenhum episódio de confronto na minha e na sua gestão, não me lembro! Isso que havia problemas mais graves do que hoje, mais graves. Então, vamos devagar com andor, vamos construir consensos, isso não pode virar a guerra de 1923. Estão fazendo 100 anos, Gimenez, da guerra de 1923, e parece que ainda continuamos entre chimangos e maragatos! Não pode ser assim, isso atrasou o Rio Grande do Sul, como a guerra de 1893, 1895, em que degolaram mais de mil pessoas. Não pode continuar assim! Temos que chegar a alguns denominadores comuns, não deixando de colocar as nossas posições – nossas posições! Tem que ouvir um lado, tem que ouvir o outro lado, e chegar a alguns denominadores comuns. Então, calçada será um tema amanhã, as calçadas quebradas, as novas obras que foram feitas no Centro Histórico têm já os pisos tácteis quebrados, será

debate. E os cegos, as pessoas com deficiência visual vão estar presentes, pelo o que sei, amanhã nessa reunião. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Muito obrigado, Ver. Adeli Sell. Antes de mais nada, eu não tenho compromisso com o erro, então, quero pedir desculpas às duas vereadoras, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, que tinha se inscrito em tempo de liderança, que falará agora; e também peço desculpas à Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino, que eu disse que, após ao Ver. Adeli Sell, falaria em ato contínuo, mas o tempo de liderança da Ver.<sup>a</sup> Fernanda precede a Ver.<sup>a</sup> Tanise.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PL):** Boa tarde, caros amigos, todos aqueles que nos assistem, colegas, Câmara de Vereadores, público da TVCâmara. Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de falar sobre o projeto dos ambulantes, que realmente eu espero que a gente consiga votar hoje, do qual eu jamais me abstive da possibilidade de debater, Ver. Adeli Sell. Mas o que eu vejo é que se impõe uma urgência na cidade muito grande, porque quem está cumprindo a lei, os comerciantes, seja de que ramo for, pagadores de impostos que empregam, que assinam carteira, que mantem tudo em dia, são constantemente prejudicados pelo comércio pirata, pelos ambulantes que não respeitam o menor distanciamento, abre o restaurante e está o *truck* na sua porta, simplesmente todo o tipo de pirataria parece que está liberada no Centro de Porto Alegre, a fiscalização não dá conta. Então, a gente precisa, sim, de uma lei que diga que, independentemente de estar legal, ou de ainda não ser descoberto como ilegal, que se preserve uma distância mínima de quem legalizado está. Porque Porto Alegre está virada num comércio a bangu. Andar pelo Centro da cidade está cada dia mais difícil.

E, Ver. Adeli Sell, com todo o respeito, estou junto com o senhor ali na proposta da questão das calçadas de Porto Alegre, pois realmente a gente precisa fazer esse debate, mas só houve confronto no Centro de Porto Alegre porque os



ambulantes, após reiterados avisos, se negaram a sair do local. Não cumprem a lei. A lei precisa ser cumprida. Ou nós vamos continuar penalizando quem gera emprego, quem gera renda, quem paga imposto, quem empreende dentro da lei? Essas pessoas já foram demais penalizadas durante a pandemia, durante todos os episódios que vivemos nos últimos três anos. É preciso que se dê um fôlego financeiro e econômico para quem, de fato, está absolutamente legalizado. E é preciso, sim, que Porto Alegre enfrente – eu sei que é um grande desafio -, mas todo comércio ilegal, toda pirataria, a gente vê praticamente um crime organizado em algumas ruas de Porto Alegre: todos os produtos são iguais, são piratas, vêm do mesmo lugar. Por favor, Polícia Federal, fiscalização. Isso está caindo de maduro. A gente fala disso há quanto tempo? Desde muito antes de eu ser vereadora isso já era assunto. E parece que ninguém enfrenta o problema dos produtos piratas e dos camelôs que colocam a banquinha em qualquer lugar. Ou nós vamos transformar a cidade de Porto Alegre num lugar onde o empreendedor que paga imposto e segue regra é o cara que mais se ferra? Não tem condições. Então, por favor, eu peço aos colegas vereadores, a gente já teve bastante tempo para debater este projeto, que a gente aprove o projeto com as emendas do Ver. José Freitas e com as minhas emendas. Um projeto da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e meu, que aprovemos este projeto porque a cidade precisa de regras claras em relação a isso. Não é possível uma loja de sapatos abrir a porta de manhã e ter um monte de tênis piratas sendo vendidos por R\$ 50 na porta do cara! Chega!

Para completar e concluir, Presidente Moisés, eu chamei o Ver. Giovane Culau para debater o projeto, e reitero aqui, quero conversar com o Dani, que está aí também, porque o projeto não é um projeto que tem nenhuma intenção preconceituosa, homofóbica ou persecutória, mas tem, sim, o objetivo de respeitar os pais, que são, no fim e nas contas, a parte mais fragilizada. Os pais, que têm o direito de dizer se consideram oportuna ou adequada determinada programação extraclasse, extracurricular. Que sejam avisados com a descrição da atividade e que a criança não seja penalizada, nem por falta, nem por perda

de nota, caso o pai não considere oportuno – às vezes não é para a idade. Então, vamos debater, sim, vamos conversar a respeito.

Quero deixar muito claro os objetivos desse projeto, que é sobre todas as atividades extraclasse. Eu tenho o apoio de vários vereadores desta Casa, e nós vamos construir a unanimidade para aprovar esse projeto, em respeito às crianças, em respeito aos pais. Muito obrigada.

**Vereador Jessé Sangalli (Cidadania) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 178/21.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Boa tarde, quero saudar o Presidente desta Casa, os demais colegas vereadores e o público que nos assiste. Hoje, eu gostaria de falar sobre um tema muito importante: a questão da violência doméstica.

Antes de prosseguir, eu gostaria de mencionar uma figura pública conhecida por muitos de nós, que teve a coragem de expor a sua própria experiência em relação à violência doméstica, a apresentadora Ana Hickmann. Ela é um exemplo do quanto a violência não faz distinção do *status* social, econômico ou profissional. Mesmo prestando queixa na delegacia, ela não quis solicitar medida protetiva. Isso nos faz refletir que, mesmo diante dos holofotes, a realidade da violência contra a mulher é uma sombra que, muitas vezes, persiste em silêncio. Outra figura pública, a global Patrícia Ramos, desabafou sobre as agressões que sofria por parte do seu ex, Diogo Vítório, declarando que a relação, que já era abusiva na época do namoro, se transformou em agressão física no casamento. Ela foi ainda acusada de querer apenas “se aparecer” na mídia, já que, durante o seu relacionamento, publicava apenas momentos de fotos felizes do casal.

Esses dados deixam evidente o quanto que o tema da violência doméstica precisa ser discutido, pois existe muito preconceito inclusive por parte das próprias vítimas. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que se baseia em informações fornecidas, oficiais, em 2022 registrou-se o maior número de estupros no Brasil, foram 74.930 casos, um crescimento de 8% em relação aos registros de 2021. No mesmo ano, também cresceram todos os indicadores de violência doméstica, foram 613 mil registros de ameaças, correspondendo a um aumento de 7%, bem como mais de 899 mil registros de chamados ao 190 da Polícia Militar, um aumento de mais de 8%. Também subiram, entre 2021 e 2022, os números de registros de feminicídios e homicídios contra mulheres, 6% e 1,4%, respectivamente. Segundo uma outra pesquisa, do DataSenado, que analisa violência doméstica, também é importante ressaltar quanto ao vínculo do agressor com a vítima. Essas pesquisas demonstram que 52% foram os próprios companheiros, enfim, maridos, que agrediram essas mulheres; 17%, foram ex-marido ou ex-companheiro; 4% foram de namorado e 3% de ex-namorado. Então, a gente percebe um vínculo bem próximo dessas mulheres. Neste contexto, então, eu gostaria de divulgar que no dia 21 de novembro, agora mais no final do mês, esta Casa, este Parlamento, vai realizar mais um evento significativo, que é um seminário intitulado “Diálogo sobre a violência doméstica: aspectos emocionais, jurídicos e rede de apoio”, promovido, então, pelo nosso gabinete. No âmbito da saúde mental, uma das frentes parlamentares, que inclusive eu presido, nós sabemos que a violência deixa marcas profundas, deixa cicatrizes, não só no corpo, mas também na alma, no emocional, no psicológico, e nós precisamos, sim, cuidar dessas mulheres. Então, eu convido a todos a participar deste seminário “Diálogo sobre a violência doméstica”, no dia 21 de novembro, às 18h30min, aqui na Câmara dos Vereadores, e o objetivo do seminário é discutir os aspectos emocionais, jurídicos e rede de apoio da violência doméstica. Esse seminário será gratuito e aberto ao público. A programação já está fechada e conta com três palestrantes especializados: Cristiane Ramos, delegada civil, apresentará o tema “Rompendo o Ciclo e Estratégias Eficazes da Polícia na Prevenção e Combate à Violência da Mulher;

Karen Netto, psicóloga forense, discutirá “Quebrando o Silêncio, papel de apoio emocional na recuperação das vítimas de violência; e, por fim, Simone Vilares, advogada, abordará o tema “Aspectos Jurídicos da Violência Doméstica.

A violência doméstica é uma triste realidade que afeta a sociedade como um todo e precisamos assumir, sim, que ela existe e discutir exaustivamente este tema. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Nós que agradecemos. Gostaria também de me explicar com a assessoria da Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira que estava inscrita em tempo de liderança, a presidência registrou o chamado, mas alterou a ordem, e a gente passou batido aqui.

A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Sr. Presidente, Ver. Moisés Maluco do Bem; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; sei que nós temos uma tarde com vários projetos a serem debatidos, analisados, votados, mas a vida nos convida a refletir sobre as nossas ações, sobre os valores que aqui nós dispendemos o nosso tempo. Eu pedi este espaço ao meu colega de bancada, Ver. Giovani Culau, para falar com vocês sobre respeito. Respeito é um valor humano que nós fizemos questão de exercer. Aqui já foi falado, e eu faço questão de repetir, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil, e, sim, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, perpassa classes. O caso Ana Hickmann mostra. Não só Ana Hickmann, como Luiza Brunet, Luana Piovani, Tina Turner, como marias, antônias, líveas, terezas, tantas mulheres que são espancadas por uma sociedade patriarcal, que naturaliza a violência, simples assim. De novo, falo que me inscrevi para falar de respeito, para falar de um valor humano, de uma civilização que trata as mulheres como coisa; as mulheres são “coisificadas”, e muito mais, quando elas são da classe trabalhadora ou negras. O caso Ana Hickmann tomou as redes sociais; o caso da Maria, da Teresa, de tantas que aqui, no Rio Grande do Sul, que é o terceiro estado do País que mais mata suas mulheres. O que faz com que homens tratem as mulheres desta forma? Eu quero

dizer que, quando a esquerda sobe a tribuna, quando a esquerda faz manifestação, faz pela promoção da inclusão, faz pela promoção dos direitos LGBTQIA+; não basta vir aqui dizer que não somos racistas, nós precisamos ser antirracista, nós precisamos praticar; não basta dizermos que, na nossa casa, nós dividimos as tarefas domésticas, é preciso ajudarmos a nascer um novo homem, que todos – a régua não é a minha, a régua é da sociedade, que participem da vida, que tragam para as mulheres a condição de exercer seu trabalho no mercado de trabalho, mas eu quero dizer para vocês, se nos avilta a violência doméstica contra a mulher, nos avilta mais ainda a violência doméstica contra as crianças. É preciso educar essas crianças para que elas aprendam a identificar um abusador, que normalmente está dentro de casa, é alguém das suas relações. É como é que a gente ensina essas crianças a identificar um abusador? É lá dentro da escola, é lá na escola. Certamente, se nós tivéssemos este debate dentro das escolas, os índices de crianças abusadas seria muito menor do que hoje é, que nos avilta, nos avilta enquanto seres humanos; portanto, esta violência é repudiável, é algo que nos agride, que nos avilta. Nós precisamos combater com políticas públicas. Eu me dirijo à Ver.<sup>a</sup> Barth para que esse debate nos envolva, para que a gente possa discutir com tranquilidade o que, de verdade, pode ajudar as nossas crianças, inclusive para que sejam orientadas a identificar os seus abusadores. Deixamos aqui, Presidente, a certeza de que continuaremos a lutar contra a violência, a banir essa violência na nossa sociedade. Nós lutamos pela igualdade de direitos, de direito de oportunidade, nós estamos atentas a essa violência contra as nossas crianças e o direito inalienável de as crianças viverem com dignidade. Muito obrigada.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**  
(17h33min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

**Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento):** Nobre Presidente, solicito a retirada da priorização da ordem de votação do PLL nº 178/21, sendo essa matéria priorizada como primeiro na ordem de votação na próxima sessão. É um projeto do nosso ex-colega vereador, hoje deputado, que não pôde estar aqui, mas fez esse pedido.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**  
Em discussão o PLCE nº 019/23. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara, Presidente Moisés. Privilégio, essa é a fala e a primeira palavra que remete ao ler este projeto de lei. Espero que todos os vereadores aqui tenham lido o projeto de lei, porque este projeto vai custar caro para cada um de vocês, da mesma maneira que foi o aumento do salário do prefeito. Nós demos o privilégio para vereadores, para servidores da cúpula do Executivo, para ganharem acima de R\$ 30 mil por mês, mas nós não demos para a Guarda Municipal, que está aqui nos servindo, nós não demos para os professores, nós não demos para os enfermeiros. Esses privilégios que foram dados no início do ano, que geraram os *cards* do Ver. Claudio Janta, esses privilégios estão em pauta agora. É um privilégio que eu não sei para quem. De repente, em ano eleitoral, vereadores, é de se questionar: estaremos, nós, dando

um privilégio apenas a uma empresa? Quantos empregos estão sendo gerados? Por que foi escolhido esse setor e essa empresa, Ver. Conceição? O senhor conhece o empresário da empresa? Eu não conheço. Por que outras empresas não foram beneficiadas com esse privilégio? Privilégio, Aírto Ferronato, nosso vereador que conhece, de longa data, as finanças do Município que exonerará em mais de R\$ 40 milhões, só no ano que vem, no ano eleitoral, uma empresa, sem dados de quantos empregos serão gerados. Ver. Giovane Byl, quando o senhor for lá nas comunidades falar com o comerciante, com o professor, com a comunidade, essa é a realidade. É o tapa na cara da população que está sendo dado nessa exoneração de R\$ 40 milhões no próximo ano, e aumenta, vai a R\$ 70 milhões, Ver. Pedro Ruas. É sobre esses tipos de privilégios que acontecem diariamente na nossa sociedade que eu sou contra. É com relação ao privilégio da alta cúpula dos servidores, é com relação ao privilégio de alguns. E o que nós não temos, Ver. Idenir Cecchim, por parte da Prefeitura, é a transparência. Por que a Prefeitura não nos trouxe qual empresa seria beneficiária? Será que a falta de transparência é o que tem demandado a cidade? Ou a cidade quer transparência? A imprensa quer transparência. Os vereadores não clamam por transparência, mas esse deveria ser o norte desse nosso debate.

Ver. Moisés, votaremos então um projeto aqui que eu tenho certeza de que o antigo prefeito do PSDB estaria aqui gritando: privilégios, privilégios e privilégios, porque essa é a realidade. Nós temos alguém que está sendo beneficiado. Eu não sei quem, mas eu sei que todo um outro mercado financeiro paga 5%, não pagará apenas o setor de cartão de crédito. Eu sei que diversos setores aqui pagam 5%; a Educação paga 4% agora em Porto Alegre. Mas em Florianópolis, para onde está indo a nossa população, para onde os jovens da minha idade, aqueles que ainda lutam por Porto Alegre, estão indo, lá, Ver. Aírto Ferronato, a tributação da Educação é de 2%, mas a dos cartões de crédito é de 5%. Lá está aumentando o número da população, e Porto Alegre perde, perde população, perde uma cadeira aqui na Câmara de Vereadores, e isso tudo de consequência, de privilégios, de uma cidade que está ficando para trás, de uma cidade sem

prioridade. Uma cidade sem prioridade é uma cidade onde os privilégios da minoria estão acima da realidade da maioria. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ver. Moisés Maluco do Bem, na presidência dos trabalhos; vereadoras e vereadores, público que nos assiste, em 1993, Ver. Ferronato, eu fiz uma descoberta, por acaso, de que os bancos, na época Bradesco, Nacional, Unibanco, todos os bancos, inclusive os públicos, eram isentos de pagar o ISS, Ver. Oliboni, Ver. Gimenis, líder bancário, que conhece muito o tema. Eles eram isentos de pagar o ISSQN, chamado de ISS, porque, por lei municipal, a Constituição Federal dava essa condição. Ora, o que fiz? Fiz um projeto de lei para acabar com a isenção. Eram isentos, completamente isentos, mas bancos são tipicamente prestação de serviço, são prestadores de serviço. Eu pagava ISS, sempre paguei, pago até hoje, como advogado. A fruteira da esquina pagava ISS, mas o Bradesco não pagava. Os grandes bancos, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, não pagavam. O projeto foi aprovado em Porto Alegre e foi sancionado pelo prefeito em exercício Raul Pont. É lei, o Ver. João Bosco Vaz votou nesse projeto. É lei em Porto Alegre há exatamente 30 anos, é de 1993. Começou a ser cobrado esse tributo em 1994, segundo a Aiamu, que o Sr. Johnny preside, e com quem tenho relações cordiais, apenas, por esta legislação, Porto Alegre já arrecadou mais de R\$ 3 bilhões, nesses 30 anos. Então isso que está sendo proposto aqui é um acinte! É colocar isenção, de novo, para bancos, aos prestadores de serviços mais ricos do Brasil, eventualmente os mais ricos do mundo! Isso é um verdadeiro escândalo! Essa herança que o prefeito Melo vai deixar é uma herança que empobrece Porto Alegre. Nesses 30 anos, repito, segundo a Aiamu, foram mais R\$ 3 bilhões, são R\$ 118 milhões ao ano, que o ISS dos bancos traz para os cofres de Porto Alegre. E aqui está o projeto que termina com isso, que liquida com isso. Esse dinheiro são escolas, segurança, saúde, asfalto, semáforos. Mas agora, com



este projeto aqui, eu não posso me conformar, não é apenas por ser autor da lei que acabou com a isenção, é porque esses que agora vão receber sempre foram os maiores privilegiados do País e do mundo. É absolutamente inaceitável.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Sr. Presidente, é uma vergonha ao partido que a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel pertence essa fala na tribuna de que é privilégio o que estamos fazendo. Não, vereadora, nós estamos dando oportunidades. Oportunidade de emprego, oportunidade que grandes empresas fiquem aqui, e sabe por quê? Porque aqui do lado, nas cidades da área metropolitana, eles já têm o ISS reduzido. Se nós queremos manter, na nossa cidade, empresas que efetivamente dão emprego, que significam renda, que significam comida na mesa das famílias mais vulneráveis, nós temos que dizer “sim” a este projeto. E vejam bem, desde o início do governo nós pedimos redução do ISS, que já foi reduzido em vários segmentos, na tecnologia, no segmento de lazer, de eventos e por que não agora reduzirmos também para empresas que têm a questão dos cartões de crédito? E não é uma empresa, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, são várias, tantas quantas quiser. E veja bem, logo a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, que é empresária, eu gostaria de saber o que os empresários, muitos que ajudaram na sua campanha, devem estar dizendo neste momento, para esta atitude ligada, muito ligada, porque quem está aqui na Câmara vendo os movimentos da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, junto ao PT, junto ao PSOL, junto ao PCdoB, conversando com os novos companheiros, uma vereadora que está envergonhando seus colegas, por quê? O partido que ela pertence é a favor da redução de impostos, é a favor dos empresários. Vejam os senhores, a redução é gradativa, o ano que vem uma redução de 2,5 para 2 ao final de 2038. Nós estamos fomentando o empreendedor, nós estamos fomentando o emprego, e eu acredito que quem subir nesta tribuna para não defender este projeto deve, no mínimo, estar falando

uma coisa e fazendo outra. E é bom que o povo de Porto Alegre saiba quem vota a favor de empregos, quem vota a favor de redução de impostos....

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO):** V. Exa. permite um aparte?

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Pois não.

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO):** Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, eu gostaria de saber – já que a senhora está falando sobre eu votar contra empregos e geração de empregos – quantos empregos e quantas empresas estão envolvidos nessa análise econômica que está no projeto de lei. Porque o setor bancário que eu conversei inclui mais de duas mil pessoas em Porto Alegre que recolhem seus R\$ 40 milhões por mês de ISS, que pagam 5% de imposto e que não vão ser beneficiados. Esse setor que a senhora esqueceu, esse setor eu sei os números, mas a minha pergunta é: esse setor que o Sebastião Melo, prefeito de Porto Alegre, quer beneficiar, quais são os números?

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Obrigada pela pergunta. Para explicar e talvez fazer com que a senhora, já que perguntou a pedido do PSOL isso... Imediatamente, são 600 empregos. Imediatamente, daí para mais. A senhora é uma vergonha, vereadora, infelizmente. A senhora está hoje aqui querendo que não tenha redução de impostos. E se os bancos hoje não têm, vamos propor. A senhora quer manter os impostos lá em cima, não quer reduzir nem para os cartões de crédito que poderão, logo ali na frente, também ter uma redução. Vamos propor? Mas a senhora não quer construir. Infelizmente, a senhora está aqui para atacar o prefeito que tem feito o seu melhor. Quem quer construir dá sugestões e não ataca. Então, diria assim: vamos, sim, neste momento, dizer “sim” para empregos, para as oportunidades. Porque, neste primeiro momento, os 600 empregos estão garantidos e muitos outros poderão vir. Mas não se aconselhe, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, com quem está usando a senhora. Abra os seus olhos, não saia da sua linha de empresária e redução de

impostos. Ali na frente, a senhora será cobrada muito fortemente. Muito obrigada. É “sim”.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Everton Gimenis está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT):** Eu acho esse tema até interessante, porque estão falando que a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, do NOVO, está se aconselhando com o PT, pelo contrário, nós somos ideologicamente muito diferentes. Mas com a primeira frase que ela falou aqui eu concordo, que as pessoas têm que saber o que estão votando e sim, estão dando privilégio para um setor que mais explora o povo brasileiro, que é o setor financeiro. Eu posso falar isso porque sou bancário, trabalho no sistema financeiro. E o sistema financeiro brasileiro é o tubarão que mais suga, drena dinheiro do povo brasileiro. Não tem um país no mundo em que o lucro dos bancos não seja tão grande como no Brasil, é só ver os lucros que são publicados a cada trimestre, no Brasil, dos grandes bancos, e a gente vê o tamanho do lucro. Portanto, nós não estamos dando isenção para um setor que está com dificuldade, para um setor que precisa crescer; é o setor que mais tem dinheiro no país. Nós deveríamos discutir, tem na Constituição e nunca foi regulamentado, a regulamentação do sistema financeiro. Qual é o papel social dos bancos neste país, a não ser lucrar, a não ser explorar? A taxa do cartão de crédito é de 300% ao ano, o juro do cheque especial é mais de 10% ao mês. E ainda vamos dar isenção? É um setor, como disse o Pedro Ruas, que nós tínhamos que taxar, correto, Pedro Ruas? Porque se é um setor que não precisa de isenção, pelo contrário, tem que ser melhor taxado para ter justiça social, porque nós temos que tirar os impostos e isentar os trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil do Imposto de Renda Retido na Fonte. Mas para isso tem que tirar de quem ganha mais, tem que tirar dos bancos, do sistema financeiro. Então, esse projeto, como disse agora no aparte a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, não tem aqui garantia nenhuma de geração de emprego, de nenhum benefício para o Município. É simplesmente o prefeito que vive reclamando de falta de dinheiro,

porque o prefeito transformou esta cidade num balcão de negócios, entregou a Carris, está querendo entregar os parques, está querendo entregar toda a cidade, transformou a cidade num balcão de negócios por falta de caixa, porque está vendendo tudo por falta de caixa, mas na hora de arrecadar abre mão exatamente do setor que mais lucra no país. Não tem ninguém na população brasileira que goste de bancos, porque só falta pagar para respirar dentro de uma agência bancária, porque a gente paga taxas exorbitantes para qualquer serviço que vamos fazer no banco, a gente paga o juro do cartão de crédito lá em cima. Se tu vais aplicar no banco, na poupança, tu ganhas menos de 1%, mas se tu vais pedir um empréstimo, tu pagas um monte ao mês. Então já é um setor que lucra muito, por isso nós estamos aqui para votar contrário a esse projeto, porque achamos que esse projeto não traz nada de benefícios para a cidade. A cidade vai abrir mão de milhões em impostos para um setor que não vai gerar emprego, porque essas balelas de favorecer o empresariado, como fizeram na reforma trabalhista – a reforma trabalhista ia gerar emprego, a reforma da Previdência ia gerar emprego. O que gerou? Acabou com os direitos trabalhistas, acabou com o trabalho formal, impediu os trabalhadores e as trabalhadoras de se aposentarem decentemente no País, e não gerou nenhum emprego. Esse conto da carochinha de que tu favoreces os grandes tubarões para gerar emprego é uma mentira que nós, trabalhadores, já vimos e sabemos que é mentira. Por isso eu tenho certeza de que o povo de Porto Alegre, o povo trabalhador de Porto Alegre, quando vir esse projeto, vai ser contra. Por isso nós estamos aqui defendendo contra esse absurdo que é isentar os bancos, que já lucram muito, e têm que ser melhor taxados, e não isentados. Obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Presidente em exercício, meus caros colegas; eu vou fazer uma coisa bem didática aqui, para quem está em casa nos acompanhar. (Mostra dois copos.) Esse copo cheio é o cofre do poder público,

do Estado. Esse outro copo, que não está tão cheio, é o bolso do cidadão. O que é que acontece, no dia a dia, em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil? Quando o aparelhamento, o inchaço da máquina pública toma um gole, quando a burocracia toma outro gole, quando a corrupção toma outro gole, o que o Estado busca fazer? Tira mais dinheiro do bolso do cidadão. Sempre que nós tivermos oportunidade, como é este caso aqui, de tirar dinheiro das mãos dos governos, do Estado e repassar de volta para a sociedade, vai ter o meu voto favorável. É simples. Diminuição de impostos, o ISS. “Ah, mas são de administradoras de cartões de crédito, os tubarões do mercado financeiro.” Ora, as administradoras dos cartões de crédito estão entre as que mais recolhem, as que mais pagam ISS para a Prefeitura de Porto Alegre. Se elas saírem da nossa cidade, porque existe, obviamente, guerra fiscal, e forem para Eldorado do Sul, Canoas, qualquer outra cidade da Região Metropolitana, nós não estamos mais aqui falando de renúncia fiscal. Nós estamos aqui falando de perda de recursos para a saúde, para a educação, para o asfalto, para o saneamento. É até difícil de se pensar em exigir um cálculo a respeito disso. Se todas resolverem sair, qual é o impacto? Se alguma delas resolver sair, qual é o impacto? Nós estamos lidando aqui com uma visão muito própria da iniciativa privada, que acontece muito no mundo empresarial, para justamente buscar, ter maior competitividade do Município de Porto Alegre para a atração e a retenção dessas empresas aqui. E quando nós falamos em reter empresas, quando nós falamos em dizer a esses empresários: “Olha, fiquem em Porto Alegre”, conseqüentemente, nós estaremos falando para centenas de famílias, centenas de porto-alegrenses que eles continuarão a ter o seu emprego aqui, na cidade de Porto Alegre. Nós, como Câmara de Vereadores de Porto Alegre, não podemos aqui olhar e querer criar empregos em Eldorado do Sul, Canoas, Viamão. A nossa responsabilidade política e legal é buscar a geração de emprego e renda na capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Essa redução do ISS é bem-vinda. A emenda da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel também é bem-vinda, porque nós temos ali a educação privada também padecendo, desde a pandemia, muito especialmente com relação ao ISS, desde quando o governo

federal fez uma mudança na lei para que nós não pudéssemos mais fazer convênios com trocas de vagas no ensino infantil, no ensino fundamental privado, para justamente fazer a redução do ISS. Muitas instituições se viram sem ter condições de honrar com os seus compromissos. Então, também coloco aqui a minha manifestação, sim, favorável à emenda da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, para expandir essa possibilidade ao ensino privado.

E reforço aqui, mais uma vez: quando se fala em redução de impostos, estamos falando da possibilidade de atrair ainda mais riqueza, ainda mais emprego e renda para o Município de Porto Alegre, e isso é mais do que comprovado, até mesmo porque o governo federal – antes aqui, já falaram vereadores do PT e certamente falarão de novo – está há 11 meses aumentando impostos. E a arrecadação, o que faz? Só cai. Então, está na hora de nós mostrarmos que Porto Alegre está no caminho inverso, e está, pois esta Casa, várias vezes, já reduziu ISS, benefícios também tributários de IPTU, de ITBI para o 4º Distrito, para o Centro Histórico, e a arrecadação de Porto Alegre está aumentando, demonstrando que é possível, sim, nós fazermos uma política fiscal de atração, de geração de empregos e rendas e de manter aqui quem já está empreendendo na nossa cidade. Muito obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver. Barbosa, colegas vereadoras e vereadores, primeiro, um reconhecimento: aqui, acho que todos, em algum momento, votaram para mudanças de alíquotas de ISS. Eu votei, junto com o Prof. Milton, a questão do ISS das empresas de informática, de tecnologia. Nós fizemos um trabalho minucioso e colocamos os sindicatos na parada e nós aumentamos uma vez e meia a arrecadação com essa mudança. Então, não é uma questão de princípio.

Quero inclusive pedir desculpas aos meus companheiros de bancada, do PT, porque eu tinha me inclinado inicialmente para seguir a visão, com as emendas

evidentemente, do projeto. Depois de muito debate, muita discussão, eu verifiquei que na legislação do ISS tem uma certa dubiedade, e que talvez a Lei nº 116/2003 corrija, porque no seu art. 3º, XXIV, diz que o tomador do serviço que é o foco, a centralidade da arrecadação tributária. Porque havia aquele momento em que o ISS se recolhia basicamente da empresa localizada no município X, Y, Z, foi quando nós mudamos as alíquotas, lá em 1998, 1999, das empresas de asseio, conservação e vigilância, porque todos colocavam as suas empresas em Eldorado do Sul. E nós fizemos uma pactuação, na época, com os dois sindicatos, que fizeram uma ampla campanha, e outras entidades também. Por exemplo, a ACPA e outros fizeram uma campanha para que, mudando a tributação, que fosse exequível para competir, as empresas se instalariam aqui e pagariam um determinado tributo. Primeiro, baixou para três, dois e meio, e depois, assim por diante. Foi importante, mas isso significou um trabalho de meses. Estávamos falando de empresas, Gimenis, que contratam pessoas, serviços terceirizados, limpeza, asseio, conservação, vigilância: é a massa proletária, que é empregada nesses setores. Estamos falando de cartão de crédito, estamos falando de aplicativos que tiram o trabalho das pessoas.

Então, já quero adiantar aqui: isso não ficará assim em Porto Alegre. Pedro Ruas, conversamos bastante sobre essa questão. Gimenis, conversamos antes por sua origem, por sua procedência, que conhece o DNA do sistema financeiro de A a Z. Eu mudei de opinião. Inicialmente, eu me inclinava, confesso aqui, de votar favoravelmente, preocupado com uma possível perda sobre a questão dos empregos. Fui discutir com várias pessoas, ou seja, nos últimos dias...

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito brevemente, Ver. Adeli Sell, agradeço. Em 1993, quando fiz o projeto que acabou com a isenção do ISS para bancos, a Febraban dizia que os bancos sairiam de Porto Alegre, iriam para Gravataí, Cachoeirinha, Eldorado, Guaíba; não saiu nenhuma agência daqui. Obrigado.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Exatamente. O sistema financeiro depende de nós, e nós, infelizmente, somos serviçais do sistema financeiro. Esse é o problema. Porque nós fazemos um baita serviço para eles: passando Pix, depositando umas merrecas, buscando sair do vermelho para não pagar juros, etc. e tal. Mas eles cobram, cartão de crédito todo mundo cobra e cobra bem. Então, eu quero dizer para vocês que eu não tenho nenhum problema de confessar que eu, de quarta-feira para cá, mudei de opinião sobre essa questão com muitas conversas que fiz com várias pessoas e acho que eu posso dizer, não tenho nenhum problema. Já votei por diminuição de tributos, votaria quando necessário, como no caso do asseio, conservação e vigilância, que deu muitos empregos, mas, neste momento, nós faremos ações judiciais, se forem necessárias, com base na Lei nº 116, de 2003, art. 3º, 24. Muito obrigado. Valeu, aos colegas Gimenis e Ruas, em especial, e peço desculpas ao meu líder por ter armado uma certa confusão no debate. Obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate e que viu anteriormente o Ver. Ramiro trazer aqui dois copos com um líquido. Trago aqui um copo com café, vou aproveitar essa sua didática para exemplificar como está a Prefeitura de Porto Alegre. Isso aqui é tudo o que os poderosos já deram de isenção aos seus amigos. É, a classe política de direita que adora dar isenções a todos os setores já estruturados. Isso aqui é o que temos hoje, os entes federados – municípios, estados, União –, para fazer políticas públicas, porque o grosso dessa bebida há muito tempo já foi digerido, já não está mais nos caixas dos entes federados do nosso Brasil. E o pouco que resta, eles querem fazer isso aqui: beber mais um pouco. Para os grandes, os poderosos, bilionários, não é nem milionários. Sistema financeiro ganhando guarida em Porto Alegre. Quem te viu, quem te vê Porto Alegre, que antes tinha Orçamento Participativo, que hoje o prefeito manda uma mixaria de R\$ 20



milhões. Há mais de 20 anos o prefeito Raul Pont mandava 10 vezes mais do eles mandam agora, mas eles não querem dinheiro para o povo, eles querem aqui, oh! Se eles pudessem, povo, eles fariam isso, secar o cofre só entre os amigos. Não, aqui não! Aqui não, Sebastião, porque isso aqui não é terra de ninguém, aqui tem parlamento responsável com o erário público, porque se o senhor deu aquela isenção para a Fraport, de mais de R\$ 70 milhões, aqui os vereadores não vão assinar embaixo, aqui nós fomos eleitos pelo povo, não foi pelo seu voto. Aqui ninguém deve favor ao senhor. Aqui tem altivez. Aqui o dinheiro é para a saúde, para a educação. O dinheiro não é para pessoas que sequer conhecem onde fica Porto Alegre no mapa.

Aí eu pergunto: que momento Porto Alegre vive que poderia ter alguém responsável com o erário público à frente da Prefeitura, que não constrói uma escola nova, mas quer abrir mão de impostos? Faltam 29 mil vagas nesta cidade, 29 mil crianças. Jovens estão fora da escola em Porto Alegre, e o prefeito quer abrir mão, ele não precisa de dinheiro para política pública. O funcionalismo público está com arroxo salarial de quase 50%. Há dez anos, em 2013, só o magistério ganhava 39% acima do Piso Nacional do Magistério, lei federal, hoje ganha 23% abaixo do Piso Nacional. Esse é o resultado dessas políticas de isenção, de ódio ao serviço público. Eles não querem entregar mais serviços; eles querem entregar mais isenções, benefícios aos poderosos. Vejam bem, munícipes, você que vai ao supermercado e sai com uma sacolinha, você deixa mais de 40% de impostos. Pois bem, o prefeito, ao invés de trabalhar com esses impostos para lhe devolver saúde, educação, saneamento, habitação de interesse social, assistência aos mais pobres, não, ele vai fazer assistência ao grande empresariado. É ou não é o pai dos mais ricos? Esse é o adjetivo ao nobre prefeito. Felizmente 2024 vem aí, cidadão. É hora do encontro com a verdade. Vocês estão vendo hoje o que eles querem fazer. Infelizmente o Brasil tem isso, de quatro em quatro anos só, não tem como fazer carta de demissão no meio do caminho, porque deveria ter, um caminhão de secretários que sequer trabalham. Lamentável. Estão pendurados como chupins no erário público, liberando a torneira do imposto do cidadão, para quem? Para quem já está bem

estruturado, tem boa casa, bom dinheiro, boas contas, boa fortuna! E você, cidadão? Mais de 70 mil famílias não têm onde morar dignamente nesta cidade e continuarão sem, porque o prefeito não tem política de Habitação de Interesse Social, a política dele é a boa mansão aos poderosos, com bons recursos do caixa público. Prefeito, tem que ter – quero admirar aqui – coragem para virar as costas para o povo, para cuspir no prato que comeu. O senhor, que já foi vereador desta Cidade, querendo colocar no colo do Parlamento essa batata quente, para o nosso nome estar nisso. O meu nome, não; o meu nome, não; da bancada do PT, não; o nosso, não!

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Sr. Presidente, em homenagem ao Ver. João Bosco Vaz, que, neste momento, lidera o governo no plenário, um abraço ao nosso João Bosco, um dos nossos decanos. Sr. Presidente, evoluímos neste debate, Cecchim, o líder do PT nesta Casa acaba de descer aqui da tribuna, reclamando que deixamos 40% de nossos impostos no supermercado. Parabéns, Jonas, o PT está reconhecendo que o brasileiro paga muito imposto. E o Lula – o senhor que faz o L neste momento para as câmeras – quer aumentar mais, quer nos legar o maior IVA do mundo; então, o PT evolui, João Bosco Vaz, porque admite, desta tribuna, que o brasileiro paga muito imposto. Eu acho que a arte, a arte da democracia é exatamente isso. Além do mais, nós vimos aqui, vereadores da esquerda, reclamando, Presidente Moisés, do sistema financeiro malvadão; pois saiu, Ver. José, hoje, a notícia, sabe do quê? Banco do Brasil aumenta 14% o lucro em relação ao último ano de Bolsonaro, no governo do amor, no governo que é contra o sistema, no governo que é a favor do trabalhador, aumentou 14% o lucro de um banco. E são tão incompetentes que ficam abaixo da expectativa, são tão incompetentes; o governo Lula, para gerir banco, Presidente, que ficou abaixo da expectativa. Sobre o projeto em tela, o NOVO é a favor, irá votar “sim”. “Sim” para as duas

emendas que destinam boa parte do dinheiro para educação; “sim” para a emenda da transparência, e vamos votar “sim” ao projeto. A minha questão, quando houve a polêmica das reuniões conjuntas, é a de que o governo não havia enviado a demonstração de que a renúncia não afeta as metas, e não uma mera declaração dizendo que supre ou não supre. Então, a lei, eu era, naquele momento, um legalista da CCJ, precisei votar contra ela, porque faltava um documento. Confesso que não é a melhor forma de se baixar impostos, mas um liberal sempre será a favor de baixar impostos e de proteger o bolso de quem gera emprego, renda e riqueza. Eu fico muito triste quando sobem aqui para atacar um sistema que dá diversos, centenas de empregos. Aliás, essa é uma outra falha do governo Melo, devia ter mandado quantas empresas e quantos empregos, naquele fim de semana da *fake news*, que atacaram o partido NOVO. Disseram que eram milhares de empregos, hoje, já são 600. Confesso que, mesmo não sendo a melhor forma, porque pode, sim, virar um privilégio – eu acho que a Ver.<sup>a</sup> Mari tem o seu ponto – e um privilégio pode dar favoritismo, ineficiência econômica, mas, ao mesmo tempo, há pontos positivos em se baixar o imposto: maior independência política do setor beneficiado, estímulo ao desenvolvimento de setores estratégicos, criação de empregos, como o Ver. Ramiro Rosário defendeu nesta tribuna, ou seja, pode atrair mais empresas para o jogo, atração de novos investimentos. Portanto, o partido NOVO é a favor da redução de impostos. O meu voto será “sim”, pois o projeto em tela, em análise por esta colenda Câmara, conversa com diversos princípios do partido NOVO: liberdade individual e respeito ao próximo; livre mercado e direito à propriedade; império da lei e da democracia, apesar de que, repito, faltou ali uma documentação, mas lá, cafunhando, cavoucando lá no anexo da mãe do Badanha, encontrei um suposto impacto. Estado leve, eficiente, a serviço das pessoas, mais um dos valores do partido NOVO. Por isso, votarei “sim”, apesar de que, como eu falei – para concluir –, não houve alguns documentos, não vieram algumas certidões, faltaram alguns cálculos de impacto, mas o meu voto é “sim”. Menos imposto, mais cidadão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Presidente Moisés, colegas vereadores, público que nos assiste, este projeto, então, redução do ISS – Imposto Sobre Serviços... E olha que a diminuição aqui é gradativa: 3% em 2024, de 5% para 3%; 2,5% no ano de 2025; 2% a partir de 2026. Não é questão de favorecer empresa A ou empresa B. A pergunta que nós temos que fazer é a seguinte: quantas empresas, Ver. Tiago? A pergunta não é qual empresa que, com este projeto, vai favorecer, se é a empresa A ou a empresa B. Quantas empresas mais nós queremos mandar embora? Quantas mais? Vou dar exemplo de uma que foi embora: a Gerdau. A Gerdau foi embora. E, se este projeto não for aprovado, tem uma empresa de Porto Alegre que está sinalizando ir embora, e vão ser 600 empregos a menos em Porto Alegre. Então eu, José Freitas, de Porto Alegre, não vou me responsabilizar por 600 empregos iniciais a menos em Porto Alegre. Direto, 600 vagas que vão embora de Porto Alegre. Eu não vou me responsabilizar por isso. E a diminuição desses impostos aqui é por uma só razão: é para mantermos esses empregos em Porto Alegre, senão muitas outras irão embora, e tem muitas que estão em Porto Alegre e não pagam impostos aqui, já foram, estão aqui só fisicamente. E eu vou o exemplo de uma: a Coca-Cola, não paga imposto aqui, já foi; e outras irão, e outras irão. Então, com a diminuição desses impostos, nós vamos manter esses empregos e vamos atrair novas empresas para Porto Alegre. Por isso eu, Ver. José Freitas, de Porto Alegre, do Republicanos, votarei favorável. Um abraço.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Esse tema é um tema interessante, e algumas vezes eu já pensei nesse discurso, é difícil de estruturar ele, mas eu acho que chegou o momento de falar sobre esse tema. Vocês já se

deram conta de qual é a atividade econômica mais parecida com a atividade que faz uma Prefeitura? Na minha opinião, a atividade mais econômica, na minha opinião, a atividade econômica que mais se assemelha à atividade da Prefeitura é de um cassino. As pessoas não se dão conta disso. Mas quando as pessoas escolhem, por exemplo, um cassino em Las Vegas para ir se divertir por alguns dias ou momentos, gastando o seu dinheiro, elas procuram maximizar o quê? O seu bem estar, a sua qualidade do momento que está passando, a sua felicidade, a segurança e a possibilidade de retorno com as apostas que garantem que ele possa ser remunerado caso de fato venha a vencer naquele empreendimento, naquele jogo. Se tu parares para pensar, um dono de cassino não tem nenhum poder perante os usuários senão fazer um ambiente agradável para que ele escolha aquele cassino para passar algumas horas e gastar o seu dinheiro. Se tu fores parar para pensar, as cidades também passam um desafio muito parecido. Por quê? Porque tu não consegues obrigar as pessoas a ficarem em Porto Alegre. Lá na Alemanha oriental e ocidental tinha um muro para impedir que as pessoas pulassem de um lado para o outro, mas mesmo assim as pessoas pulavam de um lado para o outro. O que acontece? As pessoas só ficam num local se, para elas, for um local aprazível, seguro, acolhedor e adequado para ela continuar lá. Nós, como cidade, assim como um cassino, temos que trabalhar para que as pessoas escolham o local onde estamos, para que possamos nos desenvolver juntos, em conjunto.

Porto Alegre, há muito tempo, tem sido uma capital um pouco insegura, um pouco não legal para desenvolvimento econômico, para desenvolvimento social, educacional. E o que que nós estamos fazendo com essa lei? Assim como um dono de cassino que tenta deixar o seu cassino mais legal para as pessoas que moram e buscam jogar no seu local de empreendimento, nós queremos fazer com que a cidade de Porto Alegre fique cada vez mais legal, interessante e que traga maiores ganhos econômicos para as pessoas que empreendem nela. Então, assim como existe um princípio da democracia que fala: “Vote com seus pés”, que é justamente fazer com que as pessoas possam escolher um local onde elas se sintam à vontade para fazer a sua vida, o seu empreendimento, o

seu trabalho e a sua questão de relacionamento, nós queremos, sim, assim como um cassino faz ao chamar pessoas para o seu local de empreendimento, queremos fazer com que as pessoas permaneçam em Porto Alegre.

Existem alguns aspectos que nós podemos fazer para as pessoas permanecerem em Porto Alegre. A questão de infraestrutura, não sei se vocês se deram conta, tem melhorado ao longo dos últimos anos. Nós temos agora trecho 1, trecho 3, Pontal, 4º Distrito, e a cidade, cada vez mais, tem investido em infraestrutura. Não é perfeito? É óbvio que não é perfeito, mas estamos melhorando. Do ponto de vista de segurança, Porto Alegre já foi muito pior. Ainda não é tão bom quanto poderia ser, mas tendemos a continuar investindo em políticas públicas e segurança para manter a questão da segurança pública da nossa capital. E do ponto de vista econômico, nós precisamos fazer com que Porto Alegre seja atrativa economicamente para que as pessoas que investem em Porto Alegre queiram continuar investindo em Porto Alegre, e, mais do que isso, venham investir em Porto Alegre. Então, agora, se a Prefeitura olhou no orçamento e percebeu que tinha espaço para abrir mão de imposto, que é uma violência contra o bolso das pessoas que empreendem na nossa cidade, isso tende – não quer dizer que é certo –, mas tende a manter mais pessoas em Porto Alegre e tende a trazer mais empreendimentos para a cidade. Porto Alegre, assim como um cassino, precisa ser mais atrativa para que as pessoas possam viver aqui, se não vai acontecer o que tem acontecido: as pessoas, votando com os pés, escolhem não permanecer em Porto Alegre; quem votar contra esse projeto vai estar votando para as pessoas fugirem daqui da nossa capital; e quem votar a favor do projeto para manter a nossa cidade mais atrativa aos investimentos vai votar para que as pessoas possam escolher Porto Alegre para investir e se desenvolver. Essa é a minha posição. Obrigado.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores; até este momento da sessão, não havia me manifestado, mas vi necessária a minha inscrição, justamente para participar desse debate. Primeiramente, eu gostaria de me solidarizar com todos aqueles vereadores e vereadoras que subiram aqui, manifestando os seus pontos de vista e justificando com seus argumentos o porquê não irão votar nesse projeto. Ouvi atentamente as justificativas de vários vereadores, principalmente os vereadores de oposição, mas me chamou a atenção o da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, que, por mais que eu não concorde com a linha ideológica dela, pelo visto, vamos votar igualmente. Só que a justificativa da Ver.<sup>a</sup> Mari é que a isenção proposta, neste momento, não é uma isenção igualitária. E ela foi criticada pela Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que disse: “Tu és empresária, porque não sei o quê, porque tu és contra a redução de imposto”. Mas a atividade comercial da qual a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel é empresária, não está elencada dentro dessas supostas isenções, ou melhor, reduções de impostos que estão previstas. E é isso que ela argumentou aqui: igualdade. Ela não vai votar, porque não há igualdade para outras atividades comerciais.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Alex. Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, se me der a honra da atenção, vou dizer o seguinte: em 2016, na Assembleia Legislativa, onde eu era deputado, chegou um projeto que passava em isenções e dinheiro direto R\$ 380 milhões para uma empresa chamada Videolar-Innova, em Triunfo – continua lá a empresa. E eu perguntava quantos empregos ia gerar. Eram R\$ 380 milhões que iam ser renovados a cada ano, e a informação não vinha, não vinha; veio no dia da votação, antes da votação. Por R\$ 380 milhões, a empresa era do Sr. Lírio Parisotto, eu disse várias vezes na tribuna o nome dele, até que ele apareceu lá um dia, gerou cinco empregos! Cinco empregos, Ver. Freitas! Cinco! Trezentos e oitenta milhões! Se desse R\$ 1 milhão para cada pessoa geraria... E os cinco continuaram, não aumentou. Eu disse na época: o cachorro-quente do Rosário, que eu conheço desde os 18 anos, não ganha nenhum centavo do dinheiro

público e gera oito. A Videolar-Innova, com R\$ 380 milhões públicos, gerou cinco. Esses são os investimentos. Obrigado.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** É verdade, Ver. Pedro Ruas. E a minha justificativa para votar contrariamente a esse projeto é porque eu não tenho agência bancária, não tenho, e as agências bancárias não vão deixar Porto Alegre; os serviços notariais, os cartórios, não vão deixar Porto Alegre; agiotas não vão deixar Porto Alegre, está tudo isso elencado no rol de isenções: serviços notariais, agências lotéricas, agiotagem, claro, por baixo dos panos, porque agiotagem é ilegal, mas está aqui; administração de fundos quaisquer de consórcios, de cartões de crédito e débito, carteira de clientes, cheques pré-datados e congêneres; fornecimento, emissão, reemissão, renovação de cartão magnético, cartão de crédito, cartão salário, congêneres. São atividades típicas da especulação do capital. Eu não apoio nenhuma dessas entidades, não estou contra empregos, mas nenhuma empresa que vai receber os benefícios desse projeto vai deixar Porto Alegre se o projeto for rejeitado. Não vai! Porque tem que ter atividade dentro da cidade para as pessoas buscarem os seus serviços e esses serviços devem ter tributação de 5%. Isso é renunciar a recursos que poderiam ser destinados à saúde, à habitação popular, à educação e à pavimentação das vias. O prefeito Sebastião Melo fez um ótimo trabalho de recapeamento de algumas ruas, as ruas estão completamente deterioradas, não há mais manutenção nas vias urbanas como tinha no fôlego do início do governo Sebastião Melo, e vai começar a faltar dinheiro, porque estão abrindo mão para empresas que não vão deixar esta cidade e não vão reduzir empregos. Obrigado e boa tarde.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Presidente Moisés, comandando os trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu,



ultimamente, não tenho subido muito para falar nesta tribuna, porque os debates são corriqueiros, muitos requerimentos, moções, briguinta de cinco para cada lado, mas este aspecto aqui eu preciso falar. Eu estou vendo aqui, vou passar para os de esquerda tomar conhecimento, que a receita com tarifas bancárias cresceu quase oito vezes desde o Plano Real e dobrou no governo Lula, atingindo R\$ 52,8 bilhões em dezembro de 2006. E aí, gente? Não se fala nada? Está prestando atenção, Jonas? Ninguém enriqueceu tanto os banqueiros como o PT, como a esquerda. Os poderosos que o Jonas fala, o governo que mais enriqueceu os banqueiros foi a esquerda, foi o PT. Houve, aqui na tribuna, muita demagogia. Tem gente que diz uma coisa, vota de um jeito; em seguida, muda de novo. Tem gente que diz que é liberal, mas hoje já diz que vai votar contra o que eles sempre aprovavam aqui a favor dos liberais. Fiquei muito contente, Dr. Tiago, o senhor foi coerente. E, diga-se de passagem, quero dar um dado para vocês que é muito importante, o governo Melo baixou mais de 20 segmentos e cresceu a receita. Baixou os impostos e cresceu a receita do Município, ou seja, mostra que baixando os impostos se ganha muito mais, porque as pessoas começam a pagar, os empresários começam, todo mundo paga. Os poderosos, Jonas, os poderosos – parece mentira – adoravam o governo do Lula e estão adorando de novo. O OP que V. Exa. falou aqui é a maior demagogia dessa cidade há muitos anos. O OP, quando do governo Fogaça, eu era secretário de Obras, vou repetir aqui, as obras estavam paradas em Porto Alegre. Iam à reunião, votação, reunião, votação e devem dezenas, centenas de obras ainda desde aquela época. É muita reunião. Então, o OP não resolveu tudo. Pode até ser uma boa ideia, como já falei, mas os governos, principalmente o PT não cumpriu. O BID não deu mais dinheiro para a 3ª Perimetral, teve que parar, aí o Fogaça teve que reiniciar as negociações, porque não tinha dinheiro do OP pelo dinheiro do BID que era da 3ª Perimetral. Então, muitas obras não aconteceram. A preocupação aqui de muitos, a gente já nota, é a eleição do ano que vem. O Melo é um bom administrador, é um homem sério, está mexendo nas estruturas dessa cidade. Isso dói muito na esquerda radical. E nós, os progressistas, que pensamos para o futuro aqui nesta Casa, votamos a maioria dos projetos que estão

mostrando na cidade o progresso, a orla bonita, a cidade se reinventando. Toda obra custa realmente para ser concluída, mas ela está saindo do papel. Quero deixar bem claro porque falaram aqui que vereadores votaram impostos. Não contaram comigo nesse aumento de impostos. A Ver.<sup>a</sup> Mari disse aqui “vereadores”, usou o plural, eu nunca votei em aumento de impostos. Ao contrário, se for para diminuir, eu voto, mas aumentar não. Nem no ICMS, quando deputado, nem IPTU, quando vereador. Sempre contra! Embora, muitas vezes, apoiando os governos. Eu posso estar no governo, mas nem em tudo eu voto. Aquilo que a minha consciência, minha coerência, me traz, desde que me elegi pela primeira vez, eu tenho cumprido. Então na realidade, líder do governo, Cecchim, eles falam do Banrisul, mas na hora de privatizar o Banrisul, eles não querem. Aí hoje eu vi aqui funcionário do Banrisul, bancário falando mal do Banrisul. Eu já cansei de dizer aqui que eu sou contra a privatização do Banrisul. Nós temos que fortalecer. Tem gente que só fala no banqueiro, não, quem não sabe, vai para o interior. O Banrisul lá financia o micro, o pequeno, o médio, lá na tua Bagé, na minha São Borja. O Banrisul é muito importante. Então vamos votar isso aí, quanto mais nós diminuirmos impostos nesta cidade, mais geração de emprego, mais renda, mais progresso. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/23.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Bom, acho que nós estamos batendo numa tecla, e o Cassiá, quando fala isso, acho que nós estamos batendo numa tecla do ano que vem, uma tecla eleitoral. Nós não estamos falando aqui em dar, em redução de imposto para quem não produz emprego, nós estamos falando aqui em manter em Porto Alegre a carteira de cartão de várias empresas do comércio e do varejo. Nós temos hoje, se as pessoas não sabem, nós temos alguns amigos aí que, pelo jeito, não recebem ligação, o João e o Arthur, por exemplo. O João e o Arthur vão sair de Porto Alegre. Quem não sabe, o João é do Atacadão, e o Arthur é do Carrefour. Liga para as pessoas, tudo bem, o João,

do Atacadão: como é que está, o senhor está devendo aqui, como é que vai acertar. Essas empresas vão sair de Porto Alegre, essas empresas de cartão de crédito. Estou dando o exemplo de duas empresas, tem mais, várias outras empresas. O Zaffari tem o seu cartão, a Renner tem o seu cartão, a Paquetá tinha o seu cartão, e por aí vai. As empresas, hoje em dia, têm por bem ter os seus cartões, os seus cartões vinculados a sua marca. Essas empresas, se não houver a diminuição, como aconteceu com os centros de distribuição, que geram muitos empregos, e hoje estão gerando emprego em Eldorado, estão gerando emprego em Canoas, estão gerando emprego em Esteio, estão gerando emprego em Sapucaia, estão gerando emprego em Gravataí, em Alvorada, que saíram de dentro de Porto Alegre, porque não houve essa redução, e estão lá com os seus trabalhadores, as pessoas se mudaram para lá. Não é à toa que diminuiu a nossa população de Porto Alegre, nós vamos diminuir uma cadeira na Câmara de Vereadores, porque várias empresas estão migrando para fora de Porto Alegre em função das reduções de impostos. Isso vem acompanhando governo, sai governo, me desculpem, ninguém acabou com essa guerra fiscal, nenhum governo acabou com essa guerra fiscal. Pelo contrário, os governos vêm incentivando essas guerras fiscais. Não pode a cidade de Porto Alegre perder recurso, não pode mais. Eu acho que quanto menos a gente diminuir, hoje ainda falei dos trilhões que estão sendo pagos desde o início do ano até agora, trilhões, bilhões que são arrecadados de impostos. Porto Alegre não está indo na contramão da história, Porto Alegre está fazendo história, porque vem diminuindo várias alíquotas de impostos e vem aumentando a sua receita, porque as empresas estão ficando aqui. Não é aumento de impostos, não é manter os altos impostos que gera emprego, não é manter os altos impostos que dá uma qualidade de vida para a pessoa. Quando nós alocamos vários setores e segmentos que vão ter a sua diminuição de impostos, tem duas emendas acrescentando mais setores, é tudo bem-vindo. Eu acho que o povo não aguenta mais pagar impostos, e nós temos que garantir emprego. Eu falei aqui para os colegas em cinco ou seis empresas que têm as suas operações em Porto Alegre e que podem, simplesmente, atravessar a ponte. Nós podemos escolher se é a

ponte de Guaíba, se é a ponte de Canoas, se é a ponte de Cachoeirinha, se é a ponte de Alvorada, se é a ponte Viamão, nós podemos escolher qual é a ponte para onde vão ir essas empresas. Agora, eu acho que nós podemos deixar essas empresas em Porto Alegre. Eu já tenho dito muitas vezes aí que é muito para nós anteciparmos as eleições. Eu acho que nós temos que pensar no bem da cidade. E o bem da cidade, como nós já diminuimos o IPTU, como nós já diminuimos impostos de vários outros produtos, bens e serviços da cidade de Porto Alegre, é nós votarmos a favor por mais nova diminuição de impostos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação o PLCE nº 019/23. (Pausa.) O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Caro Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu tenho acompanhado a discussão aqui no plenário hoje e tenho acompanhado essa questão da tributação, até por dever de ofício, há mais de 45 anos. E nós temos, lamentavelmente, no País, parece que muda agora, mas ainda não mudou, a guerra fiscal, Cecchim. A guerra fiscal existe. Vamos votar favorável à emenda, vou votar favorável à emenda da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel. E com relação ao projeto, eu tenho conversado e discursado há muitos anos, há algumas décadas, mais de duas décadas. Com a guerra fiscal, Porto Alegre precisa acompanhar de perto quais alíquotas estão previstas na vizinhança – na vizinhança! E as alíquotas do setor aqui nos municípios vizinhos são menores do que as alíquotas que se aplicam em Porto Alegre. E isso, inevitavelmente, tem retirado empresas daqui; elas vão embora, por quê? Porque como hoje ainda se paga na origem, parece-me que vai mudar, o tributo é cobrado no município onde está a matriz da empresa. E nós, então, precisamos acompanhar e avaliar as alíquotas da vizinhança e também as alíquotas das capitais. E Porto Alegre está perdendo com isso. Por isso, nós não temos outra alternativa senão aprovar este projeto.

E nós não estamos isentando imposto. Eu vi aqui que tem isenção de imposto. Nós apenas estamos reduzindo as alíquotas.

E para completar, eu não poderia deixar de registrar que também sou favorável ao Banrisul público. Nós temos Banrisul público na minha terra natal: Doutor Ricardo – um município com duas mil pessoas. Qual é a empresa ou banco privado que iria para lá, amigo, Ver. Conceição? Nenhuma! Portanto, precisamos preservar o Banrisul público. E outra observação: eu ouço com frequência aqui os tais de privilégios no setor público. Nós precisamos ter servidores públicos bem remunerados, na medida das suas responsabilidades enquanto aquilo que exercem lá no setor público. Portanto, defendo aí a remuneração do serviço público e defendo também a ideia de nós mantermos uma alíquota diferenciada, que seja menor aqui em Porto Alegre. Obrigado.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência.)

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/23.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu não tenho nenhum problema em votar favoravelmente a esse projeto, porque vários colegas vieram aqui e falaram que não vai haver geração de empregos. Esse projeto vai numa outra direção: é manter os empregos que podem ser perdidos.

Outros vereadores vieram aqui alegar que o prefeito Melo não mandou para cá as informações relativas a essa renúncia fiscal. Mas isso também é fácil de ser compreendido, porque há uma Lei de Improbidade Administrativa, que, em um dos seus artigos, diz que, quando se faz uma renúncia fiscal, tem que apontar de onde vai sair o dinheiro para cobrir essa renúncia fiscal.

Esse projeto, sendo aprovado, e o prefeito não mandando para cá essas informações, ele corre esse risco de responder por improbidade. Também digo que eu já aprovei nesta Casa, numa negociação ampla e compreensiva por parte

do prefeito João Verle, do PT, um projeto parecido com esse, porém era em relação às seguradoras e aos corretores de seguro, que pagavam 5% de ISS, foram para Igrejinha, foram para Parobé, se espalharam.

Na conversa com o prefeito João Verle, mostrei a ele a importância de baixar o ISS de 5% para 3%. O secretário municipal da Fazenda da época, o Tonnollier, concordou, e as empresas que haviam saído retornaram a Porto Alegre. Como o mínimo para cobrar é 2% e o máximo é 5%, eu não vejo que se esteja beneficiando o setor financeiro. O projeto que o Ver. Pedro Ruas apresentou aqui, e que eu votei favoravelmente, foi uma grande sacada do vereador, porque era mesmo inadmissível que os bancos não pagassem o ISS. E eu dei o meu voto lá, um votinho. Então, eu não tenho nenhum problema em votar este projeto, e estou estudando agora a emenda da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, estou vendo, vou dar uma lida, já pedi para o meu pessoal ver em relação à educação, as escolas privadas. Então, o que eu quero explicar aqui, e o projeto que já eu já aprovei é idêntico a este, só que beneficiou as seguradoras e as corretoras de seguros, que passaram a pagar 3% e não mais 5% de ISS. Na época era ISSQN.

**PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB):** Esgotado o prazo regimental da sessão, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h52min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

\* \* \* \* \*